



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Museologia, Conservação e Restauro
Bacharelado em Museologia

Trabalho de Conclusão de Curso

**A resistência imposta às mulheres na ciência e sua representação nas
instituições museológicas**

Camila de Macedo Soares Silveira

Pelotas, 2021

Camila de Macedo Soares Silveira

**A resistência imposta às mulheres na ciência e sua representação nas
instituições museológicas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Museologia, do
Instituto de Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S587r Silveira, Camila de Macedo Soares

A resistência imposta às mulheres na ciência e sua representação nas instituições museológicas / Camila de Macedo Soares Silveira ; Daniel Maurício Viana de Souza, orientador. — Pelotas, 2021.

70 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Mulher. 2. Ciência. 3. Museologia. 4. Museu. 5. Feminismo. I. Souza, Daniel Maurício Viana de, orient. II. Título.

CDD : 069

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Regina Maria de Macedo Soares Silveira e Mauro Peixoto Silveira, que me deram a base para que eu chegasse até aqui e sempre me apoiaram em todas minhas decisões, pelo carinho e amparo a todo momento.

À minha irmã Marcela de Macedo Soares Silveira, que mesmo distante geograficamente segue sempre em meus pensamentos e me inspira cada dia a ser uma pessoa melhor.

Ao Mika e Margot, que mantêm minha sanidade.

Ao meu orientador Daniel Maurício Viana de Souza pela disposição, atenção e apoio contínuo durante o desenvolvimento deste trabalho.

A todas as minhas amigas e amigos, pelo suporte e carinho.

A todos que ajudaram com esta pesquisa: Marcio Dillmann de Carvalho, por se interessar na história das mulheres cientistas aqui citadas e por me inspirar a chegar nesse tema, trazendo dados valiosos para a pesquisa; Anderson Passos, meu antigo colega de curso e agora museólogo do MUCPEL, que ajudou imensamente dando acesso e informações do Museu; e aos entrevistados Jocasta e Janaína Soares, João Iganci (e toda equipe do Museu de História Natural Carlos Ritter) e Julio Perez Navarrete.

Às universidades públicas, especialmente à UFPEL, por disponibilizarem um ensino superior inclusivo e de qualidade. Às professoras e professores do Curso de Museologia, pelo aprendizado e acolhimento.

À todas as mulheres cientistas e museólogas que lutam por um futuro melhor, justo e igualitário.

*“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o
prendem.”*

Rosa Luxemburgo

Resumo

SILVEIRA, Camila de Macedo Soares. **A resistência imposta às mulheres na ciência e sua representação nas instituições museológicas**. 2021. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Este trabalho apresenta uma análise da presença da mulher em dois campos de estudo, a ciência e a Museologia, buscando compreender, como se deu a inserção da presença feminina em ambos os campos e como as lutas feministas tiveram sua contribuição para tal, trazendo um breve histórico de alguns acontecimentos importantes ao longo de suas construções. É abordado como os museus têm seu impacto na sociedade e como o campo da Museologia de Gênero lida com seus desafios e pode contribuir para a igualdade entre homens e mulheres. Por fim, a partir de uma análise crítica, apresento como as mulheres são representadas seguindo a junção dessas duas áreas, no caso dos museus de ciência, primeiro de um modo geral e após especificamente no caso dos dois museus da cidade de Pelotas, que ainda mostram-se carente no quesito de representação feminina.

Palavras-chave: mulher; ciência; museologia; museu; feminismo; memória.

Abstract

SILVEIRA, Camila de Macedo Soares. **The resistance imposed on women in science and their representation in museological institutions.** 2021. 70f. Undergraduate final project (Bachelor's Degree in Museology) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

This paper presents an analysis of the presence of women in two fields of study, science and museology, seeking to understand how the insertion of the female presence in both fields took place and how feminist struggles had their contribution to this, bringing a brief history of some important events during its constructions. It discusses how museums have their impact on society and how the field of Gender Museology deals with its challenges and can contribute to equality between men and women. Finally, from a critical analysis, I present how women are represented following the junction of these two areas, in the case of science museums, first generally and then specifically in the case of the two museums in the city of Pelotas, which still are lacking in the area of female representation.

Key-words: women; science; museum; museology; feminism; memory.

Lista de Figuras

Figura 1	Imagem “As mulheres precisam estar nuas para entrar no <i>Met. Museum?</i> ”, 1989	30
Figura 2	Imagem “Prezado Colecionador de Artes”, cartaz feito pelas <i>Guerrilla Girls</i> , em 1986	30
Figura 3	Fotografia da turma de formandos de 1943, professores sentados à frente, com apenas duas professoras mulheres na esquerda, e alunos em pé	36
Figura 4	Imagem com esquema entre pensamento museológico e feminismos	43
Figura 5	Fotografia do grupo no 1º Congresso Internacional de Museus das Mulheres. Em Merano, Itália (junho de 2008)	45
Figura 6	Fotografia do <i>Maria Skłodowska-Curie Museum</i> na Polônia	49
Figura 7	Fotografia do <i>Musée Curie</i> na França	49
Figura 8	Fotografia do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter no Casarão 1	54
Figura 9	Fotografia do Museu de História Natural da UCPEL	56
Figura 10	Fotografia sobre a Coleção Entomológica das Irmãs Figueiredo	57
Figura 11	Fotografia do armário das Irmãs Figueiredo na exposição do MUCPEL	58

Figura 12	Fotografia das gavetas do armário das Irmãs Figueiredo na exposição do MUCPEL	59
Figura 13	Fotografia da estante com caixas entomológicas na reserva técnica do MUCPEL	59
Figura 14	Fotografia da exposição “ <i>El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle</i> ”	62
Figura 15	Fotografia da exposição “ <i>El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle</i> ”	62

Lista de Abreviaturas e Siglas

ICOM	Conselho Internacional de Museus
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
MHN	Museu Histórico Nacional
COREM	Conselho Regional de Museologia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
USP	Universidade de São Paulo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
CAMUCAMU	Coletiv@ Afetiv@ de Mulheres do Campo da Museologia
MINOM	Movimento Internacional pela Nova Museologia
CMU-UNICAMP	Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
MCNCR	Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter
PREC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
MUCPEL	Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas
PATRAM	Patrulha Ambiental da Brigada Militar
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sumário

1 Introdução	11
2 Subalternização das mulheres da ciência	14
2.1 A tradição da "ciência masculina"	14
2.2 Caminhos e contribuições do feminismo	20
3 Museus e Gênero	27
3.1 A lógica androcêntrica dos Museus	27
3.2 A consolidação da Museologia no Brasil: um campo feminino - mas também feminista?	34
3.3 Desafios da Museologia de Gênero	39
4 Mulheres na Ciência e nos Museus	46
4.1 Representações museológicas das mulheres cientistas	46
4.2 Gênero nos Museus de Ciência na cidade de Pelotas	53
5 Considerações finais	64
Referências Bibliográficas	67

1 Introdução

O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise da representação feminina dentro de duas áreas interdisciplinares de forma integrada: a ciência e os museus. Desse modo, discorre sobre como se dá essa conexão indo nas raízes das duas áreas, procurando entender por quê e como resultou o panorama atual de tal representação. Entendemos, assim, que é possível iniciar uma problematização do papel da mulher na ciência e dentro das instituições de memória, especificamente os museus. Analisamos, apesar do pouco volume de estudos em ambas áreas, como se deu a inserção das mulheres em dois campos inicialmente de predominância masculina e como as lutas do feminismo abriram espaço para se evidenciar e se valorizar essas atuações.

Ao nos depararmos com museus de ciência dificilmente iremos encontrar alguma narrativa que aborde descobertas científicas ou a historicidade de alguma figura feminina. Entendendo o papel dos museus como ferramenta social de representação e construção de memórias sociais, é imprescindível que as instituições abarquem diferentes vozes para que, por meio da divulgação científica, se proponham a gerar diálogos e reflexões acerca das relações entre ciência e sociedade. Esta compreensão é fundamental, ainda, para o combate, que futuras mulheres cientistas certamente travarão, contra o estereótipo de que as mulheres não pertencem à ciência.

A escolha desse tema deu-se ao visitar um museu de ciência em minha cidade, Pelotas - RS, e deparar-me com um potencial grandioso de representação feminina dentro da instituição, porém, pouquíssimo explorado na narrativa expográfica e pouco pesquisado, tanto a coleção científica quanto as pesquisadoras mulheres por trás delas. A proposta inicial deste trabalho era abordar as discriminações causadas às mulheres na ciência, e também, em um segundo momento, tratar do estudo de caso sobre as Irmãs Figueiredo, fazendo assim uma síntese completa de sua trajetória, mostrando mulheres inseridas no mesmo recorte regional que me encontro, que resistiram em uma sociedade machista potencializada pelo seu período e que limitaram-se a viver dentro de casa para

produção de seus estudos e pesquisas. Pretendia-se mostrar que elas não eram apenas mulheres com tendências a gostar do colecionismo de insetos, e sim, verdadeiras pesquisadoras que possuíam grande carga científica em suas coleções.

Porém, isto não se tornou possível, pois foi perdido contato com a única fonte direta, que retinha informações devido a um prévio envolvimento com a família. Somando-se o fator atual da pandemia que surgiu e, ainda, encontra-se em todo o mundo, se tornou inviável pesquisas presenciais em bibliotecas e outras instituições, além da realização de entrevistas com possíveis atores relacionados às Irmãs, que hoje enquadram-se no grupo de risco em razão da idade. Essa conjunção de contratempos tornou a ideia inicial do trabalho inexecutável. Portanto, recorri a uma pesquisa mais teórica, abordando os panoramas que vieram a resultar na problemática fundamental da representação das mulheres na ciência e nos museus. Mas, também, sem deixar de mencionar, mesmo que rasamente, as Irmãs Figueiredo. Procurei tratar, da melhor maneira que pude, um pouco dessa história no penúltimo capítulo deste trabalho. Reconheço que é importante, portanto, não deixar essas histórias caírem em esquecimento e quebrar com a tradição que segue exaltando somente as mesmas figuras masculinas e, quase invariavelmente, abastadas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os processos de musealização da representação feminina nos museus de ciências, considerando as possíveis implicações da subalternização das mulheres na tradição científica. Complementa-se pelos seguintes objetivos específicos: investigar os fatores que levam ao descrédito científico das pesquisas femininas; refletir sobre a lógica androcêntrica dos museus e mostrar como segue sendo perpetuada, mesmo em um campo majoritariamente feminino; discutir como os museus podem mudar esse cenário junto aos ideais feministas; e por fim, retratar o cenário atual dentro de um recorte na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, contribuindo para o reconhecimento das mulheres cientistas retratadas, ou não, nesses museus.

Quanto à metodologia, através de uma pesquisa qualitativa procuro abordar dados narrativos para entender como deu-se a cadeia de acontecimentos que levaram ao resultado encontrado na problemática do tema, revisando a literatura que versa sobre as teorias, conceitos e demais assuntos vistos aqui. Utiliza-se,

também, de pesquisas documentais e entrevistas, principalmente no último subcapítulo, que visa abarcar duas instituições pelotenses e como tudo que foi visto no trabalho por inteiro, acontece dentro dos museus de minha própria cidade. Tendo em vista o caráter da pesquisa, analisamos nesses museus, ainda, tanto sua narrativa expográfica quanto seu quadro de administração.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, no primeiro encontra-se a introdução, onde o tema é apresentado, assim como seus objetivos gerais e específicos, justificativa e metodologia utilizada. No segundo capítulo tratamos, em um recorte teórico-conceitual mais universal, sobre a ciência como uma área em que era inaceitável a presença feminina no seu desenvolvimento, por acreditar-se inclusive em um determinismo biológico, seguindo as lógicas binárias que definiam os devidos lugares dos indivíduos baseando-se em suas diferenças genéticas. Posteriormente, analisa-se a incursão dos movimentos feministas que permitiram a inserção de mulheres em diversos setores sociais, como sua entrada ao ensino superior e em áreas onde prevalecia a presença masculina.

No terceiro capítulo examina-se como surgiram os primeiros museus e posteriormente como formou-se a sua área de estudo. E, em um recorte limitado ao campo brasileiro, reflete-se sobre como se deu a construção de uma área que firmou seus pilares devido, majoritariamente, à força de profissionais mulheres, mas que segue perpetuando padrões historicamente androcêntricos. Destaca-se, ainda, as dificuldades enfrentadas em razão da escassez de estudos de gênero na área.

Por último, procura-se abordar a representação museológica das mulheres cientista, dando atenção, em um segundo momento, aos estudos de caso da região de Pelotas. Em um cenário em que os museus de mulheres ou de gênero já são escassos por si só, e inserindo ainda a característica específica da atuação feminina na área da ciência, essa se torna uma tipologia de museus praticamente ausente. Neste recorte regional não existem museus de gênero, sejam eles históricos ou de outra tipologia. Portanto, este subcapítulo irá diagnosticar unicamente museus de ciência.

2 Subalternização das mulheres da ciência

A luta feminista vem, desde seus primórdios, buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres, visto que essas são impostas a lidar com muito mais adversidades. No campo da ciência isso não poderia acontecer de outra maneira, já que sempre foi uma área predominantemente masculina. Desta forma, abordaremos neste capítulo a condição excludente das mulheres na área científica. Em um momento inicial, analisaremos os contextos históricos e sistemáticos da origem da ciência, construída por um grupo específico, e autoritário, da sociedade. Em seguida, discutiremos sobre a importância e sobre a atuação benéfica do feminismo para o desenvolvimento - ainda em curso - de um campo de conhecimento livre de preconceitos, com uma gama de informações mais ampla e íntegras.

2.1 A tradição da "ciência masculina"

Majoritariamente, quase toda área de produção intelectual é composta por homens, de seu princípio até os dias atuais, como indica o livro de Attico Chassot “A Ciência é masculina? É, sim senhora” (2015). De grandes artistas, como compositores, pintores e escultores, até políticos em todo globo. A ciência, como importante parte incrustada da civilização, se encontra na mesma circunstância dessas áreas, se não pior. De forma geral, vemos entranhado um comportamento nitidamente caracterizado pela exclusão das mulheres no campo científico, que dificulta a sua participação e por muitas vezes não exalta o mérito de suas pesquisas e realizações, definindo-as como inferiores e não merecedoras de um lugar que supostamente deveria estar sendo ocupado por uma figura masculina imponente.

Para tornar claro estatisticamente esse fenômeno podemos observar dois exemplos introduzidos por Chassot, o primeiro destes, se trata da lista de cem nomes *The One Hundred*¹:

¹ Publicada no livro *The One Hundred* (Londres, Simon & Schuster, 1996).

Não é preciso nenhum esforço para se verificar o quanto vivemos numa civilização que ainda tem uma conotação predominantemente masculina. Um exemplo quantitativo, mesmo que possa ter seus critérios de objetividade contestados, é uma lista de cem nomes - *The One Hundred* - que em todos os tempos da história da humanidade são considerados como os mais significativos em influências, na visão de um amplo universo de respondentes. O resultado é uma lista com noventa e oito nomes de homens e dois de mulheres (CHASSOT, 2015, p. 58).

Cabe ainda ressaltar que os dois nomes de mulheres incluídos na lista² eram nomes de rainhas, não havendo nenhuma relação com feitos científicos do período. O segundo exemplo, por seu turno, aborda a comparação de dados da premiação mais relevante e prestigiada do mundo, o Prêmio Nobel, que premia as consideradas mais valiosas e importantes realizações humanas do mundo. A porcentagem de mulheres laureadas com o prêmio na área das Ciências é menor que 3%, sendo apenas 17 entre os 575 contemplados (Chassot, 2015, p. 64).³

Ao investigar, também, o desenvolvimento inicial da ciência moderna vemos que as principais descobertas reconhecidas foram de autorias masculinas. Podemos conferir que em qualquer rápida pesquisa em livros de história ou de ciência, os nomes como Albert Einstein, Galileu Galilei, Isaac Newton, Charles Darwin, Thomas Edison etc., aparecem como homens visionários responsáveis por marcos científicos e pela contribuição no avanço da humanidade, sem a inclusão de quase nenhuma realização feminina.

Então, para entendermos esse processo de exclusão das mulheres na ciência, devemos ter em mente primeiro as raízes de uma questão mais ampla

² Como informa Chassot, as duas mulheres citadas na lista são Isabel I, rainha de Castela (1451-1504) e Elizabeth I, rainha da Inglaterra e da Irlanda (1533-1603). Isabel, conhecida como a Católica, foi rainha ao lado de seu marido, Fernando V, rei de Aragão e juntos reuniram poderosos reinos da Espanha. Os dois financiaram as viagens expedicionárias de Colombo, que teve como uma das consequência a maior expansão territorial do reino espanhol na América. Iniciaram também a Inquisição Espanhola (de 1478 até 1820) que teve grandes consequências históricas. Elizabeth era conhecida como a Rainha Virgem, por rejeitar inúmeras propostas de casamento. Foi uma das rainhas que reinou por mais tempo na Inglaterra por 45 anos. Lidou com problemas com a igreja ao seu pai separar a igreja inglesa de Roma, para garantir seu segundo casamento, iniciando assim o anglicanismo. Duas rainhas, nomeadas sob o critério de serem personagens marcantes devido aos seus reinados e seus marcos históricos que influenciaram a humanidade. Vale ressaltar, assim como o autor em seu texto, que a lista tem seus critérios próprios, ainda cabíveis de questionamento.

³ Dados da premiação até o ano de 2014, obtidos pelo autor no site www.nobel.se. De 2015 a 2020, na área das Ciências, foram laureadas: Tu Youyou (Medicina) em 2015, Donna Strickland (Física) e Frances H. Arnold (Química) em 2018, Andrea Ghez (Física), Emmanuelle Charpentier (Química) e Jennifer A. Doudna (Química) em 2020, totalizando 6 mulheres entre 43 homens.

sobre as relações sociais e de gênero que o cerca, levando em conta sua intrínseca interligação com os campos sociais do momento. O sistema patriarcal mantém domínio nas raízes dos sistemas políticos e sistemas econômicos, influenciando assim todos os outros contextos sociais no decorrer da história. Isso se dá em razão do contexto histórico do momento, de acordo com a estrutura conceitual do mundo, que abarca perspectivas de gênero específicas e que são reproduzidas, assim como ainda hoje acontece (KELLER *apud* SARDENBERG, 2002, p. 8).

A ciência moderna teve seu assentamento e sua constituição de disciplinas acadêmicas estabelecidas propriamente no século XIX, e assim como afirma Elizabete Rodrigues da Silva (2008, p. 2), “surge como a grande conquista da humanidade, aquela que haveria de intervir no mundo para explicar os fenômenos e solucionar os problemas existentes”. Seja como for, ela vem inevitavelmente atrelada aos conflitos sociais da época, período em que a dicotomia entre os gêneros era fortemente acentuada e cada sexo tinha seu lugar e sua função específica na sociedade.

Os homens eram vistos como figuras fortes, intelectuais, dotados da lógica e da razão, portanto, responsáveis pelo progresso. Já as mulheres eram (e ainda hoje são em muitos casos) dadas como seres emocionais, de características intuitivas, afetuosas, responsáveis a prover ao homem e manter seu papel reprodutivo. Essa lógica binária definia então o âmago da desigualdade de gênero, enquanto os princípios estruturantes da ciência eram conceitos como sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência e cultura, definidos assim como “masculinos”, de forma que seus opostos como objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza eram determinados como “femininos” (LLOYD *apud* SARDENBERG, 2002, p. 8), facilmente controlados e inferiores. De tal maneira, “o conhecimento que as mulheres produziam não era considerado científico, pelo simples fato de ser ‘feminino’” (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 22), devendo ater-se apenas à sua natureza materna.

Buscavam-se, inclusive, razões “cientificamente comprovadas” por médicos e psiquiatras para justificar o sexismo presente. Desse modo, a mentalidade exposta era que “[...] a mulher não era um ser humano com um papel específico dentro do processo reprodutivo da espécie, era, pois, uma variedade humana especializada

na reprodução” (SEDEÑO *apud* SILVA, 2008, p. 5). Cientistas afirmavam que, segundo o determinismo biológico, as mulheres seriam diferentes biologicamente dos homens e deveriam desempenhar funções diferentes, adotando um modelo reducionista onde “[...] os complexos processos sociais são vistos como ‘causados por’, ‘explicados por’ ou ‘nada mais que’ efeitos de programas biológicos com base no cérebro ou nos genes.” (ROSE *apud* ANDRADE, 2011, p. 64). Quando em busca de direitos e igualdades, as mulheres eram vistas como psicologicamente instáveis e adoecidas, tendo suas demandas apontadas como patologias que necessitavam de tratamento, chegando a criar-se tratamentos psiquiátricos para as histerias femininas, já que sua biologia determinava que eram naturalmente incapazes a essas funções reivindicadas (SILVA, 2008, p. 5).

Para ilustrar esse processo, Schwartz et al (2006, p. 269) exemplifica o caso da inglesa Augusta Ada Byron, a Condessa de Lovelace (1815-1852), reconhecida por ser a primeira mulher a estudar os conhecimentos originários da informática atual e por ter escrito o primeiro algoritmo de computador da história, a ser processado pela máquina de calcular do matemático Charles Babbage. Ada tinha uma saúde constantemente abalada e enfraquecida, estava sempre adoecida com episódios de desmaios e paralisias, nos quais ela mesma achava que a causa era o uso excessivo de seu intelecto, vindo a admitir que um dos ingredientes para seus desequilíbrios era “o excesso de matemática” (PLANT *apud* SCHWARTZ et al, 2006, p. 269). Tempos depois veio a falecer de câncer.

Ada foi tida como a primeira mulher programadora do mundo, responsável por diversos métodos de programação, mas até ela mesma acreditava estar doente por praticar a ciência e se envolver no mundo da matemática, ideia embutida pela sociedade. Era tratada por terceiros como uma mera ajudante de Charles Babbage e uma mãe negligente, até mesmo após se afastar da ciência para ficar com sua família (PLANT *apud* SCHWARTZ et al, 2006, p. 270). Apesar de ter desafiado o

androcentrismo⁴, conceito atribuído por Ward (em seu livro *Pure Sociology*, 1903), era discriminada e submetida à pressão de ocupar seu devido papel como mulher.

Além dessa problemática, mulheres que desafiavam sozinhas o patriarcado científico, tanto quando, ainda, eram raras as que faziam o impensável dentro de uma totalidade masculina, como posteriormente com índice mais elevado e com apoio de outras figuras dentro do movimento feminista, se viam obrigadas a enfrentar outro fator desigual: a divisão de trabalhos. Eram vistas, acima de tudo e em primeiro lugar, como progenitoras, e como Ada Lovelace, caso se afastasse de seus filhos por um período que fosse, eram consideradas péssimas mães e consequentemente péssimas pessoas, de má índole. Enquanto homens e pais podiam desfrutar de seu tempo exclusivamente para produção científica, suas esposas tinham também o dever de ficar em casa, cuidando dos afazeres domésticos. Carvalho e Casagrande enfatizam que

[...] as condições e a qualidade de tempo do trabalho científico são diferentes para as mulheres e para os homens. Não é preciso nenhum esforço para perceber que as mulheres sofrem uma desvantagem nesta divisão de trabalho. Enquanto os homens têm tempo e dedicação integral à realização de suas pesquisas, as mulheres, principalmente as casadas, com filhos, não têm as mesmas possibilidades (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 27).

Desta forma, o futuro científico de muitas mulheres foi retardado e ofuscado, e de algumas, apagado antes mesmo de considerarem dedicar-se, por falta de incentivo e oportunidades. Algumas exceções são possíveis, como de mulheres mais jovens que possuem um equilíbrio maior com seus parceiros quanto à divisão sexual, pois essas podem encontrar um nível de auxílio ao tentar conciliar as tarefas (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 28). Ressalta-se ainda, que as poucas oportunidades dadas às mulheres, em sua maioria, tinham maiores “impedimentos”, como condições trabalhistas escassas, ambiente de trabalho machista, assédios e

⁴ Uma breve distinção de conceitos, de acordo com as definições do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: define-se androcentrismo como “propensão a estabelecer o paradigma masculino como exclusivo representante do geral”; patriarcado como “tipo de organização social que se caracteriza pela sucessão patrilinear, pela autoridade paterna e pela subordinação das mulheres e dos filhos”; misoginia como “antipatia ou aversão mórbida às mulheres”; e machismo como “ideologia da supremacia do macho que nega a igualdade de direitos para homens e mulheres”. (ANDROCENTRISMO; PATRIARCADO; MISOGINIA; MACHISMO, 2015)

diferenças salariais, principalmente porque essas não obtiam os cargos mais altos, reservados a homens.

Outro ponto fundamental a destacar é que, desde o início, ainda quando crianças, homens e mulheres são instruídos a se comportarem de certa maneira e a percorrerem carreiras determinadas. Fatores socioculturais são embutidos na educação e formação de mentes, como um instrumento ideológico e totalmente androcêntrico, onde os sexos são aptos a diferentes coisas e estudos. Meninos são incentivados a percorrerem as chamadas ciências “duras” (as matematizadas), que necessitam de racionalidade e lógica objetiva, ao passo que meninas são incentivadas a dedicar-se às ciências “moles” (humanidades), tal quais abarcam as relações pessoais que demandam emoção, sensibilidade e dependência (SILVA, 2008, p. 8). Como consequência, esse comportamento se repete no ensino superior, e segundo pesquisas ibero americanas “as mulheres são a grande maioria nas ciências das saúdes, educação e humanas, ou seja, nas áreas de cuidado, enquanto elas são minoria significativa nas ciências exatas” (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 30).

Devemos também, acerca de toda essa discussão, nos questionarmos sobre o que afinal se propõe a ciência. Vemos que ela se baseia em alguns princípios universais, com seus fundamentos e metodologias científicas. Um deles é a ideia de neutralidade, sustentando que a verdade deve ser alcançada independente de valores ou interesses. Enquanto se afirma neutra e racional, esta mesma ciência se contradiz ao invisibilizar a participação e realizações femininas, mostrando-se cada vez mais persuadida por interesses políticos, econômicos e hierárquicos, que escanteiam classes sociais, minorias de gênero e etnia, sendo governada por um único grupo: homens brancos ocidentais abastados. O produto da ciência e as circunstâncias de seus conhecimentos objetivos e racionais, “estão banhadas por uma inegável atmosfera sócio-político-cultural [...] fazendo da ciência um produto humano” (JAPIASSU, 1975, p. 10). Isso nos leva a certeza de que a razão científica não é uma entidade sagrada e imutável. Ela está à mercê do tempo e dependente das mudanças de sistemas sociais e econômicos da sociedade que a controla.

Tal neutralidade, em última instância masculina, é, de fato, a favor de instituições e do capital, funcionando como um sistema de dominação excludente, como frisa Lourdes Bandeira. Para a autora,

[...] qualquer forma de ciência que seja considerada ou proposta como universal deve ser duramente criticada, uma vez que todas categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros permanentes, inclusive de poder (BANDEIRA, 2008, p. 213).

Este fator coloca na ciência uma viseira única que a impede de se considerar outras possibilidades, sendo extremamente rejeitada pela crítica feminista. Assim como sustenta Haraway, nenhuma visão única é inocente, livre de distorção e irresponsabilidade. Devemos, neste sentido, abrir caminho para uma visão parcial que possa se responsabilizar “tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos” (HARAWAY, 1995, p. 21), podendo ter diferentes visões e posicionamentos, de forma a amplificar e ter diversos ângulos de conexões com diferentes indivíduos (incluindo os oprimidos), rompendo paradigmas.

Ao obter novas maneiras de ver o mundo, a crítica feminista reforça que não há uma determinação biológica entre gêneros, sendo puramente resultados de uma construção social. A própria ciência não tem um gênero, logo não é feminina nem masculina, “embora se saiba que a condição de gênero está presente nas culturas e subculturas científicas” (BANDEIRA, 2008, p. 222). Portanto, a construção de gênero e suas funções, fora e dentro da ciência, nada mais é que uma invenção de um processo sociocultural, que deve ser desmistificado e eliminado.

2.2 Caminhos e contribuições do feminismo

No movimento feminista concentra-se a busca pela igualdade de direitos entre os gêneros na sociedade. No decorrer do século XX o mundo científico começou a sofrer mudanças inesperadas, sendo alvo de fortes críticas que questionaram formas de hierarquia e relações estruturais e, ainda que pouco,

permitiram a inserção das mulheres na ciência (SILVA, 2008, p. 6). De maneira geral, deu-se início ao processo de combate aos pontos de vista androcêntricos e aos grupos dominantes.

Principalmente a partir das décadas de 1970 e 80, essas mudanças acentuaram-se, mudando a realidade de muitas mulheres no mundo ocidental, abrindo-as para um novo horizonte e novas percepções sobre o gênero, alterando assim, a realidade e a posição das mulheres também na ciência (KELLER, 2006, p. 16). O movimento abriu margem para uma discussão e exercício de luta na inserção das mulheres em determinadas áreas. A partir dele, no meio científico, apesar de ainda dificultado e sem uma completa igualdade, importantes passos foram dados e inclusões femininas alcançadas cada vez mais a cada década passada. O crescimento desta presença feminina só se deu a partir de lutas políticas (KELLER, 2006, p. 17).

Vale ressaltar, ainda, que apesar do avanço em comparação aos anos 1970 com os atuais, a discrepância entre a atuação na área científica, ainda, é gritante, com um ciclo de repetições históricas. A produção científica feminina teve avanços consideráveis, mas, ainda, está sujeita a discriminações. A entrada nos laboratórios e centros acadêmicos, principalmente em posições de liderança, é quase inexistente. Posições de mais alta responsabilidade e que ganham os mais altos salários, seguem sendo ocupadas e indicadas por figuras masculinas (SILVA, 2008, p. 8).

Carvalho e Casagrande (2011, p. 31) comentam sobre a realidade das mulheres na área das Engenharias: “como profissionais as engenheiras são mais direcionadas para os cargos que as mantêm restritas à administração e escritório e dificilmente são direcionadas a trabalhar diretamente com a parte técnica”. As autoras ressaltam, também, que na maioria dos casos os salários são mais baixos para as mulheres, ainda que realizando o mesmo trabalho, “apesar da existência de uma lei em nosso país que não permite discriminação de qualquer tipo”.

Silva (2008, p. 16) defende a importância dos estudos epistemológicos feministas como método para combater essa divergência presencial, recuperar as posições protagonistas femininas, assim como suas críticas às áreas científicas. O caminho de solução para tal problema estaria pautado na construção de uma

educação adequada, desde níveis mais básicos ao ensino superior. Uma educação livre de sexismo e dicotomias, incluindo e incentivando as mulheres a estudar as ciências “duras”, permitindo assim o acesso e cooperação na construção do conhecimento científico, livrando-se do risco de aplicar-se uma ciência tradicionalmente sexista (SILVA, 2008, p. 16).

Há forte precariedade de uma educação, que de maneira geral, não focando em áreas específicas, estimule tanto meninos quanto meninas, ou que estimule meninas a seguirem a ciência, para suprir essa falta no mercado de trabalho. Schiebinger (2001, p. 31) resguarda a necessidade dessa educação ampliada, pois, para ela, as diferenças entre feminino e masculino e seus modelos estruturados de gênero “não podem servir como uma base epistemológica para novas teorias e práticas nas ciências”, e sim modelos básicos que estimulem um senso essencial de crítica sobre o gênero na mente dos aspirantes à carreira científica, e do mundo da ciência em geral, sem repetir modelos sexistas do passado.

Acerca do problema da ausência das mulheres na ciência, Schiebinger (2001, p. 115), propõe o conceito de ‘linha de abastecimento’, onde destaca a importância da participação feminina em todas os pontos da linha, desde o ensino na escola, na escolha de uma carreira, até cursar uma faculdade e fazer uma especialização e uma pós-graduação, sem desistir no início, meio ou fim, e se capacitar com intuito de incentivar outras a fazerem o mesmo. É preciso salientar, também, o período inicial da inserção nessa linha de abastecimento no Brasil, onde “a permissão para a entrada das mulheres na universidade se dá em 1879, sendo que em 1887 a primeira mulher, Rita Lobato Velho Lopes, recebe o grau de médica” (SOBREIRA *apud* CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 26).

Há, ainda, falta de mulheres e homens, familiares e professores, que incentivem meninas a ingressarem em áreas específicas durante sua formação educacional, além da escassez nos níveis de poder responsáveis por indicar e responsabilizar mulheres nas áreas científicas (SILVA, 2008, p. 17). Evelyn Fox Keller, traz, a necessidade de quebrar as dicotomias entre os gêneros, acabando as relações como “público/privado, político/pessoal, razão/sentimento, etc”, de modo a reconceituar essas construções e se livrar de determinismos biológicos e sociais. De acordo com Keller, “a eliminação dessas categorias possibilitará fazer uma ciência

feminista, uma ciência diferente das que fazem os homens, no método e na forma de aproximação com o objeto de estudo” (KELLER *apud* SILVA, 2008, p. 7).

Conjuntamente, devemos nos ater a buscar refinar os resultados gerais da ciência, indo além de desconstruir esses processos negativos, já que apenas as críticas às desigualdades não serão suficientes para combatê-las. Schiebinger (2001, *apud* SARDENBERG, 2002, p. 10) argumenta que o androcentrismo teve um marco maior do que a misoginia “indo muito além da mera exclusão das mulheres do mundo da ciência, tendo um papel determinante não só na construção da cultura da ciência mas também no próprio conteúdo dos conhecimentos produzidos”.

Devemos também construir outras estratégias para produção desses conhecimentos, como uma via de mão dupla que desenvolva novos conceitos epistemológicos e que espelham os “interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados” (SARDENBERG, 2002, p. 10). Como afirma Longino (1996, *apud* Sardenberg 2002, p. 13), o caráter social que atua na ciência “tem um papel relevante em assegurar maior rigor, principalmente porque a investigação científica não é um processo individual e sim social”, com várias visões parciais que trazem “refinamentos, correções e rejeições”.

Esta questão já vem sendo trabalhada e as universidades abrem suas portas para ambos os gêneros, sem discriminação. Podemos afirmar que as mulheres já estão atuando nas múltiplas áreas de estudo e produzindo conteúdo científico de fato (DE CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 29). Mesmo afirmando, porém, que a igualdade é apenas uma questão de tempo, devemos destacar, novamente, que apesar dos inúmeros avanços atuais trazidos pela crítica feminista esse caminho, ainda, será longo para se percorrer, e que se dará em um processo lento, trabalhado, também, entre crianças e adolescentes, de maneira a mudar suas visões de mundo e padrões de lugares de pertencimento dos gêneros dentro da sociedade. Ainda hoje, Marie Curie é a única cientista mulher citada dentro das salas de aula. Havendo um desfoque de exemplos e estímulos. Deve-se lutar contra essa visão antiquada e estereotipada, infiltrada em nosso sistema, para que futuramente se encontre apenas em uma parcela minoritária, abrindo espaço para a atuação de figuras femininas.

Cabe evidenciar também, um conceito pouco pautado nas lutas feministas durante a história e em suas primeiras ondas. Se onde os impedimentos para mulheres brancas, da classe média abastada à elite social, já eram imagináveis, devemos nos perguntar também quais eram os desafios enfrentados por mulheres pobres, negras, trans, etc. A estudiosa da teoria crítica da raça e defensora dos direitos civis, Kimberlé Crenshaw, traz a definição de interseccionalidade:

A visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físicas/mentais e etnia (CRENSHAW *apud* VIDAL, 2014, p. 1).

O crescimento do feminismo interseccional se deu a partir de uma percepção de grupo de mulheres negras ao notar que suas próprias narrativas estavam sendo escanteadas pelo movimento feminista, que traçava somente as demandas de mulheres brancas ocidentais com boas condições financeiras (WICHES, 2018, p 146), não refletindo a vida da diversa gama de mulheres que buscam por seus direitos em variados eixos da sociedade. Sua evolução, porém, se dá em passos lentos, mas espera-se que sua difusão possa “estabelecer uma relação ao começar a ouvir e incluir diferentes grupos de mulheres, suas múltiplas facetas e experiências de vida nos debates em geral e respeitá-las” (VIDAL, 2014, p. 1).

Analisando esse recorte no âmbito da ciência, se torna mais presente ainda a ausência de profissionais negras (o que dirá de mulheres indígenas, trans, deficientes e de outros grupos subalternizados). E ao verificar-se a presença das poucas mulheres negras na ciência, vemos que as dificuldades foram muito maiores, por terem que encarar uma combinação de injustiças como o racismo e o sexismo. Katemari Rosa⁵ fez um breve recorte da história de vida de algumas físicas negras dos Estados Unidos da América que obtiveram sucesso profissional, com grau de doutorado na mesma ou em outras áreas, e constatou que, mesmo essas mulheres tendo alcançado posições de destaque e prestígio, todas declararam

⁵ Katemari Rosa é mulher, negra, licenciada em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Ensino, Filosofia, História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia, mestra em *Science Education* pelo *Teachers College* e doutora em *Science Education* pela *Columbia University*.

sobre o processo de exclusão impostos a elas durante a sua formação, não sendo convidadas por colegas nos ambientes sociais, como eventos acadêmicos e grupos de estudo, e que ao participarem de congressos “sentem os olhares de estranheza, como se estivessem no lugar errado e ao apresentarem trabalhos, têm a impressão de que não são levadas a sério em suas pesquisas” (ROSA, 2015, p. 10). Além do sentimento esmagador de isolamento, têm de lidar com uma pressão social da família e de conhecidos, “mulheres negras, na física, são poucas e tratadas, às vezes, como exemplo de superação a ser seguido. Sobre essas mulheres são colocadas expectativas a mais [...]” (ROSA, 2015, p. 9).

Na análise, também foi detectado o encargo fundamental de ferramentas de ensino dentro do ambiente escolar como incentivo à ciência, onde a maioria, quando criança, teve experiência com as ciências e matemática fora do espaço regular da escola, como clubes de ciências, programas de férias e oficinas (ROSA, 2015, p. 9). “O convite para fazer parte da ciência é feito por escolas, universidades e instituições de pesquisa. Essas esferas têm, portanto, um papel central em atrair grupos minoritários na ciência para a área.” (ROSA, 2015, p. 9). Ficou evidente, então, a importância que se tem na criação e organização de programas acadêmicos e espaços com atividades de ciências dentro da escola, que estimulem e incluam seus alunos e alunas. E, também, a presença de projetos mais específicos para atrair grupos sub representados, como políticas públicas e financiamentos de fomento à pesquisa. Além de, em um recorte mais ínfimo, professores e pesquisadores, que em seus espaços, não legitimem discursos de ódio, discriminação e preconceito. (ROSA, 2015, p. 10 e 11). A chave para mudança, seja no racismo e/ou no sexismo, não deve partir de um ponto de combate ou área específica, e sim partir como um compromisso de todos. A pesquisa da autora, apesar de ter sido feita somente no campo da física, não nos deixa de se imaginar que em toda dimensão das chamadas “ciências duras”, o cenário não seja tão diferente.

Mas, em aspectos gerais, para não nos atermos somente às dificuldades, devemos elucidar os pontos positivos, pois apesar de ser um longo processo, hoje, comparando os avanços históricos, frutos de esforços dos primeiros movimentos e ações feministas, temos muito mais mulheres produzindo ciência, nas universidades

e instituições científicas, deixando seu legado e tentando quebrar as dicotomias de gênero, em busca de condições trabalhistas mais justas e de um diálogo mais amplo sobre o assunto, mudando o cenário. “A mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver mesmo as coisas comuns; abriu novos espaços cognitivos” (KELLER, 2006, p. 30).

A luta feminista segue em uma via turbulenta, buscando transgressões e direitos, o que não é simples e requer fortes combates contínuos de várias partes, mas já contando com avanços, “resultados de pressões sociais que incomodam as esferas do poder, que descortinam as inverdades e seus autores e que derrubam os mitos das diferenças” (SILVA, 2008, p. 18). E, como reforçam as autoras Carvalho e Casagrande (2011, p. 22), apesar dos enormes desafios e empecilhos em situações que contrariamente deveriam ser simples, as mulheres, mesmo assim, os enfrentam, desvencilhando-os para produzir ciência em um meio de parâmetros masculinos e colonizados, nos fazendo crer numa mudança histórico-social em constante movimento no cenário da área científica moderna.

3 Museus e Gênero

A relação entre a Museologia e o feminismo, no panorama de um campo onde prevalece a presença feminina, é esperada, ainda mais em uma área de estudo supostamente comprometida com a memória e seus constructos socioculturais. Neste capítulo, será destacada a relação das questões de gênero dentro dos museus: como se deu a incorporação da atuação feminina em seus graus hierárquicos de gerência e na consolidação do campo acadêmico da Museologia no Brasil; no fazer museal, como são tratadas as questões de gênero e como isso reflete na instituição e em suas ações e debates; e como as mulheres são representadas nas mais amplas atmosferas museológicas.

3.1 A lógica androcêntrica dos Museus

A história dos museus como lugares de colecionismo remonta às grandes explorações europeias dos séculos XVI e XVII. Como fruto dessas viagens se colecionava uma gama variada de objetos (animais, minerais, plantas, espólios de outros povos, etc), tudo o que era considerado exótico e diferente do que era visto no continente europeu. Com essa multiplicidade de coleções, durante o período do Renascimento da Europa, se deu a origem dos gabinetes de curiosidades (SOTO, 2014, p. 58): salas privadas abarrotadas de itens, fundadas a partir de um grande “poder” masculino abastado. Esses gabinetes, se tornaram os antecessores diretos dos primeiros museus públicos nacionais, em que a partir de doações os colecionadores geralmente levavam seus nomes nas coleções ou nos títulos dos museus. Nos primeiros da época, “era comum que se designassem horários especiais para a visita da classe trabalhadora e das mulheres de classe alta, separadamente da visita dos homens cultos da elite” (SOARES, 2019, p. 10). Mesmo esses sendo considerados públicos, atingiam somente uma parcela da sociedade, segregando homens e mulheres que não faziam parte de certas classes abonadas. O ambiente chamado museu era, ainda, um lugar de privilégio masculino e elitizado.

As revoluções burguesas que influenciaram a abertura de museus eram fundamentadas na valorização do Estado e no fortalecimento do sentimento nacionalista. Os Estados preocupavam-se em formar uma civilização nacionalista, com identidades sistematizadas, que “estavam mais preocupados em produzir nações homogêneas, do que se voltar para suas diferenças internas - fossem elas de identidade de gênero, étnica ou de classe social.” (SOARES, 2019, p. 11). Dentro desses valores não havia espaço para as mulheres, “eram raramente pensadas como cidadãs, e apareciam no discurso dessas instituições, diluídas nas narrativas hegemônicas que priorizavam o sujeito universal” (SOARES, 2019, p. 10). A Revolução Francesa, como frisa Rachel Soihet (1997, p. 5), apoiava-se no desenvolvimento dos direitos humanos, porém, “representou para as mulheres um retrocesso em diversos níveis”. E, como lembra a autora, “apesar do papel relevante que desempenharam no movimento, quando da institucionalização da nova ordem, vêm-se excluídas da cidadania política e civil”. O papel feminino dentro dos partidos políticos, seja de direita ou de esquerda, era claro, baseava-se na ideia de homens e mulheres terem características fisiológicas distintas, e então, papéis distintos. “Para as mulheres, reservava-se uma cidadania específica a ser exercida no recesso do lar, como mãe dos futuros republicanos, cabendo-lhe a defesa dos interesses familiares” (SOIHET, 1997, p. 5).

Foi em retaliação aos caracteres “nacionalidade”, “masculinidade” e “colonialismo”, propagados em museus como divindades, que, entre os anos 1913 e 1914, mulheres do movimento sufragista europeu⁶ realizaram ataques diretos a museus, destruindo diversas obras que representavam a feminilidade idealizada, de modo a cessar a repercussão desse ideal feminilizado que erroneamente influenciava as próximas gerações de mulheres e a si mesmas. As sufragistas foram presas na Inglaterra por destruição de patrimônio (SOARES, 2019, p. 11). Movimentos como esse propagaram-se com o tempo, intensificando as reivindicações femininas. No mês de maio de 1968 na França, ocorreu, advindo de mobilizações de estudantes das universidades francesas, um período de intensas

⁶ O movimento sufragista, no contexto da primeira onda do feminismo nos séculos XIX e XX, lutou em prol das reivindicações e direitos políticos das mulheres, como o direito ao voto e a igualdade de trabalho.

manifestações. Dentre os principais eixos de contestação por parte dos estudantes, estavam:

a recusa do caráter classista da universidade; a denúncia da falsa neutralidade e da falsa objetividade do saber; a denúncia da parcelização e tecnocratização do saber; a contestação dos cursos ex cathedra; a denúncia dos professores conservadores ligados à política do governo; o questionamento do lugar que, na divisão capitalista do trabalho, os diplomados irão ocupar; a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados (problemas dos "débouchés"). (THIOLENT, 1998, p. 70)

Na linha de frente em meio aos movimentos estudantis, estavam as mulheres, que também protestavam sob o viés feminista reivindicando a igualdade de direitos civis e trabalhistas, a liberdade sexual e contra a restrição das mulheres apenas como donas-de-casa, inspiradas por escritoras feministas como Simone de Beauvoir. Neste movimento, “cresceu a desconfiança para com as autoridades e hierarquias em diversas instituições, especialmente nas universidades e centros de pesquisa” (THIOLENT, 1998, p. 92) e também teve seus reflexos em outras instituições do sistema sociocultural, como nos museus.

Nos anos 1980, em Nova Iorque, o grupo *Guerrilla Girls* surgiu em resposta à uma exposição do *Modern Art Museum*, que exibia 165 artistas homens e apenas 13 artistas mulheres. Também desafiaram instituições como o *Metropolitan Museum of Art* e inúmeras outras pela ausência de mulheres em suas exposições. E apesar de chamadas pelo governo americano de terroristas, tiveram forte reconhecimento pelos movimentos feministas, ganhando o prêmio Susan B. Anthony⁷ pela *Nation Organization for Women*, organização que defende os direitos das mulheres (WITHERS, p. 285, 1988). O escritor e crítico de arte Steven Westfall, em prol das *Guerrilla Girls*, ressaltou que “o preconceito no mundo da arte reflete o preconceito na cultura em geral” (WITHERS, p. 287, 1988).

⁷ Prêmio nomeado após a escritora, professora, ativista feminina, reformadora e abolicionista americana, Susan Brownell Anthony, que teve um papel importante na luta pelo direito ao voto feminino (BARRY, Kathleen. Susan B. Anthony: A Biography. NYU Press, 2020).

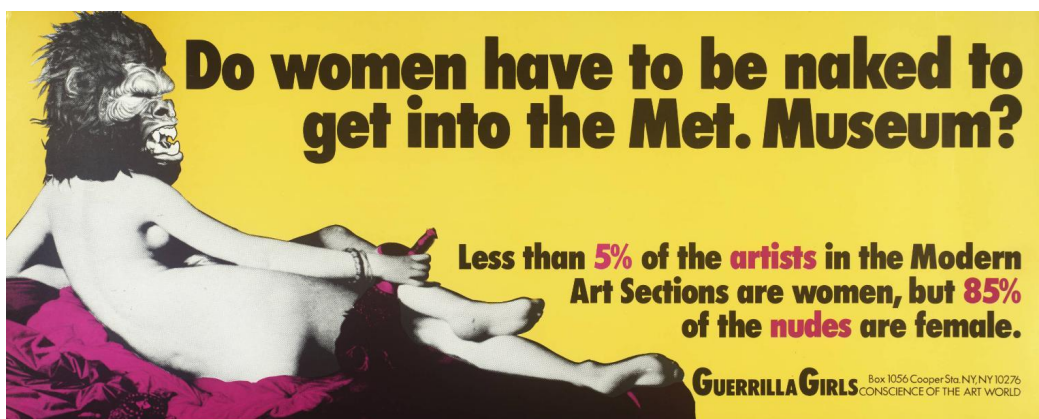


Figura 1 - Imagem “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Met. Museum?”⁸, 1989.
Fonte: Guerrilla Girls, retirado do site do museu nacional de arte moderna Tate.⁹

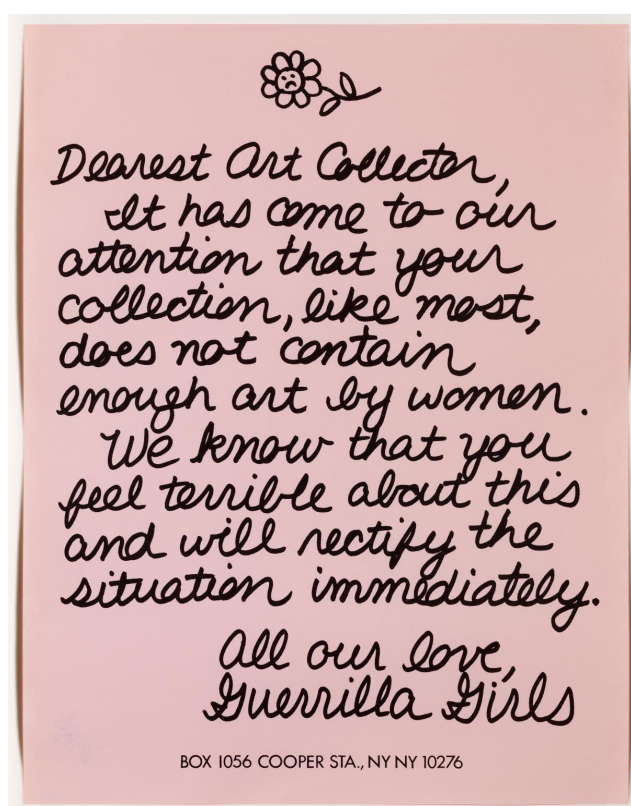


Figura 2 - Imagem “Prezado Colecionador de Artes”¹⁰, cartaz feito pelas Guerrilla Girls, em 1986.
Fonte: Guerrilla Girls, retirado do site do museu nacional de arte moderna Tate.¹¹

⁸ “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Met. Museum? Menos de 5% das artistas na seção de arte moderna são mulheres, mas 85% dos nus são femininos”.

⁹ Disponível em <<https://www.tate.org.uk/art/artists/guerrilla-girls-6858>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

¹⁰ “Caríssimo colecionador de arte, chegou ao nosso conhecimento que a sua coleção de arte, como a maioria, não contém obras suficientes de mulheres. Nós sabemos que você se sente terrível quanto a isso e irá retificar a situação imediatamente. Todo o nosso amor, Guerrilla Girls”.

¹¹ Disponível em <<https://www.tate.org.uk/art/artworks/guerrilla-girls-dearest-art-collector-p78802>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

A partir do século XX, o ideal de museu começa — lentamente — a ser alterado de salas com diversos objetos acumulados unicamente para contemplação, pelo viés de museus como instrumentos pedagógicos e a favor da sociedade. “Soma-se a essa nova tendência uma necessidade crescente por profissionais qualificados para atuarem nos museus, capazes de mediar essa relação pedagógica com os diferentes públicos” (SOARES, 2019, p. 12). Com essa mudança diversos cursos profissionalizantes começam a surgir, atraindo rapidamente o público feminino, ora por se tratar de um serviço mais técnico, causando desinteresse por grande parte dos homens, ora pela “vocação pedagógica atribuída a elas [mulheres] e à natureza feminina imaginada desde o Iluminismo” (SOARES, 2018, p. 12). Bruno Brulon Soares (2019, p. 12) cita também em seu trabalho o contexto da criação do ICOM (Conselho Internacional de Museus) e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). As duas organizações surgiram após a Segunda Guerra Mundial e foram responsáveis pelas novas bases estruturais da Museologia e pela abertura de novas instituições. Concomitantemente, nesse período pós-guerra, muitas mulheres encontraram-se sem seus maridos e familiares. Desamparadas, foram à procura pela inserção no mercado de trabalho, considerando a oportunidade de trabalhar em museus uma posição favorável.

No Brasil uma das primeiras instituições museais foi o Museu Real no Rio de Janeiro, que posteriormente veio a se tornar o Museu Nacional, fundado por decreto em 1818 pelo rei de Portugal Dom João VI. Marcando a chegada da família portuguesa ao Brasil, foi criado com propósito de reunir objetos relacionados a ciências naturais e de outros saberes, sendo de grande contribuição para a ciência brasileira (KELLNER, 2018, p. 40). Outro marco para a ciência no país, foi o Museu Paraense, atual Museu Emílio Goeldi, com fundação em 1866. Em 1894, teve sua direção assumida pelo zoólogo suíço Emílio Goeldi, que implementou mudanças para a institucionalização de atividades científicas na Amazônia (SANJAD, 2006, p. 455). Ambas instituições, tiveram participação inigualável no fazer científico, porém, carregadas pelo caráter colonial e fundadas com a herança europeia.

Temos também, em 1894 na Bahia, os Institutos Geográficos e Históricos, o IGHB era uma “‘instituição de saber’ constituída ‘pela elite e para elite’ branca e

letrada, o que excluía tecnicamente negros e mulheres, funcionando como espaço do ‘culto ao desenvolvimento’” (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2017, p. 71). De tal maneira, sua gerência e seu público eram majoritariamente homens brancos da elite, impondo um modelo de sociedade a uma população que era em sua maioria analfabeta (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2017, p. 71). Replicava, assim, o modelo do museu europeu, contando a mesma história e representando o mesmo grupo seletivo em toda a sociedade, ignorando as suas diferentes narrativas.

Todavia, atualmente, desde as últimas décadas, como argumenta Camila Wichers (2018, p. 143), esse princípio prematuro de fazer museal passa a focar não só na democratização do acesso, mas, também, na democratização de escolha e produção do patrimônio cultural. No Brasil temos diferentes nomenclaturas que focam nas abordagens do objeto de estudo e nas mudanças teórico-metodológicas no campo da Museologia, tais como: Nova Museologia, Sociomuseologia, Museologia Social e Museologia Comunitária, detalhadas mais à frente neste capítulo. Todas essas frentes de perspectivas para um fazer museal que inclua a população na escolha e produção de seus patrimônios têm espaço para dialogar com o pensamento feminista, já que agem como uma ferramenta de luta para visibilizar e valorizar memórias subalternizadas, que segundo Camila Wichers (2018, p. 143) “são aquelas que estão nos espaços museais e de memória, mas a partir de representações frequentemente estereotipadas e marginais”.

A definição do termo “museu” pelo ICOM¹² é referência nacional no que tange à condução do campo, e novamente encontra-se em processo de revisão para melhor representar as concepções das políticas museológicas atuais. Ela, mesmo que agora já obsoleta, conduziu o campo museológico no Brasil a repensar e questionar conceitos. Oliveira e Queiroz (2017, p. 63), adiciona que, “muitas vezes, demonstra que aquilo que foi vivenciado ultrapassa definições, forçando o alargamento de limites e exigindo postura crítica e engajada diante da realidade”. As autoras também reforçam que, por esse motivo, o Estatuto de Museus, em

¹² Segundo os Estatutos do ICOM de 2007, definição que substitui a dos Estatutos de 1974: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 64).

relação a essa conceitualização de museu, traz, de uma forma mais objetiva: “Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”¹³. Assim, discute-se de maneira mais aberta como deve-se atuar na construção de memória e patrimônio de todas classes, etnias e gêneros, discutindo a colonização e descolonização dos museus e patrimônio e criar a compreensão da noção de que foi transferido, como herança da colonização, nos museus das Américas, uma cultura europeia única do masculino abastado.

Cabe ressaltar, também, que não é neutro o fato de museus europeus, e também brasileiros, estarem abarrotados de objetos oriundos de saques de povos indígenas. E ainda, a colonialidade dessas coleções raramente é posta em questão e problematizada, constituindo-se assim, puramente de memórias exiladas (WICHERS, 2018, p. 145).

Herdamos um modelo de museu moderno enciclopédico, classificador e hierarquizador que trata de apresentar as referências culturais em termos nacionalistas, cientificistas e com destaque para os grandes eventos da história, dos heróis e principalmente dos homens (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 64).

Mostra-se, cada vez mais, a necessidade de desafiar a lógica engendrada pelo ideal europeu nos museus e nos processos museológicos, onde se perpetua as experiências masculinas como experiências gerais da humanidade, vistas como universais, de todos os seres humanos, incluindo todos os sexos. Há dados que mostram que, de fato, no âmbito dos museus, as mulheres são maioria, tanto como na academia, na atuação de museólogas e no número de visitas. Luciana Kopcke e Sibeles Cazelli afirmam que “no caso brasileiro, dados avançados por diversos estudos realizados apontam a prevalência de visitantes do sexo feminino” (KOPCKE et al., 2008, p. 5). Ao mesmo tempo em que as mulheres são maioria, a representatividade em coleções em museus em geral é baixíssima e a lógica

¹³ Estatuto dos Museus. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm> Acesso em: 22 jan. 2021.

androcêntrica ainda perdura de forma paradoxal nos museus (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 69).

Devemos levar em conta o real papel que os museus possuem e que suas escolhas em termos de exposições, ações educativas, pesquisas, etc., partem do poder de uma equipe de pessoas e refletem na representação social e ideológica do museu, compondo os recortes que causam a absorção da narrativa pelo público, no qual, conseqüentemente, molda seus pensamentos a partir do que lhes é dado. Ângela Arruda (2002, p. 134), em seu trabalho sobre teoria das representações, diz que a representação social “não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel”. Por isso, museus são ferramentas de como as pessoas se enxergam e se vêem representadas no mundo, sendo assim, como afirmam as autoras Oliveira e Queiroz (2017, p. 71), é totalmente crítico quando museus mostram mulheres como uma figura que existe em serviço ao homem, reafirmando e contribuindo com o discurso androcêntrico e machista que vem sendo perpetuado por séculos e inferioriza as mulheres na estrutura social.

3.2 A consolidação da Museologia no Brasil: um campo feminino - mas também feminista?

No Brasil, em 1922, foi criado pelo Presidente Epitácio Pessoa o Museu Histórico Nacional¹⁴, com intuito de ser um museu a representar a história nacional do país, em uma localização que foi um marco importante para a história militar, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Durante o início da década de 1930, no plano do Ministério da Educação e Saúde Pública, o país passava por reformas na educação e em áreas da política, que

tratavam de adaptar a educação a certas diretrizes, que foram sendo definidas, tanto no campo político quanto no educacional, visando criar e

¹⁴ Informações sobre a inauguração do museu retiradas no site do Museu Histórico Nacional em <http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>.

desenvolver um ensino mais adequado à “modernização” do país, com ênfase na formação de elites e na capacitação para o trabalho (RIBEIRO, 2014, p. 74).

Neste contexto, o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, foi restabelecido, para formação de profissionais de bibliotecas. Partindo desse exemplo, no final do ano de 1931, a direção do MHN solicita ao Ministério a Criação do Cursos de Museus, e no dia 24 de novembro Rodolfo Garcia pede autorização para elaborar o decreto de criação do Curso de Museus, recebendo uma resposta positiva. Logo após alguns meses, é “criado pelo decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932, destinado ao ensino das matérias que interessavam ao Museu Histórico, conforme determinava o primeiro artigo do decreto” (RIBEIRO, 2014, p. 75).

Nas décadas de 1930 e 1940 as primeiras turmas do Curso de Museus, instaurado em 1932, começaram a se formar, e assim também a história do campo da Museologia no Brasil. O Curso foi concebido para sanar o déficit de assistência dentro dos museus e trabalhar os domínios que eram interessantes para o fazer museal. Para isso, formava “assistentes” e não cargos na administração ou diretoria, e devido a esse caráter “doméstico”, após o curso ser bem difundido, as turmas eram em sua grande maioria composta por mulheres, mesmo não sendo estritamente voltados para elas (SOARES, 2019, p. 4). Em 1937, por exemplo, haviam 9 homens e 4 mulheres matriculados, já em 1941, esses números passam para 15 homens e 63 mulheres matriculadas (SOARES, 2019, p. 16).

O Curso estava inicialmente sob gestão do MHN por Rodolfo Augusto de Amorim Garcia¹⁵ e depois passou para Gustavo Barroso¹⁶, e era uma inovação no país ao propor gerar profissionais para trabalharem em museus, quando, ainda, não existia as profissões de museólogo e conservador, e mais especificamente, para atuarem no MHN. As funções, pensadas como técnicas, eram voltadas para as áreas de conservação, pedagógica e de organização, funções pensadas como femininas.

¹⁵ “Advogado, escritor, linguista e historiador, Garcia foi diretor do Museu Histórico Nacional entre dezembro de 1930 e novembro de 1932, quando assumiu a direção da Biblioteca Nacional” (SOARES, 2019, p. 13).

¹⁶ Advogado, professor, político e escritor, Barroso foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, de 1922 a 1930 e depois entre 1932 e 1959.



Figura 3 - Fotografia da turma de formandos de 1943, professores sentados à frente, com apenas duas professoras mulheres na esquerda, e alunos em pé.
Fonte: Retirada do site do COREM 2ª Região.¹⁷

Mesmo as turmas sendo majoritariamente femininas as posições de professores e tutores eram, com suas exceções, masculinas. O papel de diretor e curador, cargos de maior imponência, era dessa forma, masculino. O que caracterizava uma grande contradição, já que os discentes do curso eram em sua maioria mulheres. Mas, ao se formar as primeiras turmas, as formandas se viram aptas a almejar esses cargos, mesmo com todas as barreiras impostas pelas opressões de gênero (SOARES, 2019, p. 6). Com o passar do tempo as mulheres brasileiras conseguiram, não de maneira facilitada, alcançar cargos mais altos, “deixando de serem vistas como ‘assistentes’ ou ‘donas’ para se tornarem ‘doutoras’ e ‘museólogas’” (SOARES, 2019, p. 15).

¹⁷ Disponível em <<https://corem2r.org/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

A dominação masculina simbólica no campo da Museologia foi lentamente transformada. Rachel Soihet explicita que,

[...] a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação, pela maioria das mulheres, de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. (SOIHET, 1997, p. 6)

Nesse sentido, apesar da submissão e inferioridade inicial, houve um movimento de reapropriação dos aspectos dominantes. Essa transformação teve uma grande presença no processo de constituição do campo acadêmico museológico do país, “no qual as mulheres ocupam as principais posições de poder, construído a partir de sua atuação ou sujeição inicial à hierarquia imposta pelos homens nos museus” (SOARES, 2019, p. 15). A partir dos anos 1940 algumas alunas do curso começaram a produzir seus trabalhos sobre as perspectivas e técnicas do campo museal, com destaque a Regina Real e Regina Liberalli (SOARES, 2019, p. 16), e ao longo das décadas de 1940 e 1950, alunas das primeiras turmas começam a assumir posições na docência do curso, substituindo antigos professores (SOARES, 2019, p. 17).

Em 1944 o Curso de Museus tem seu currículo alterado, ampliando a duração e mudando a forma de entrada, que passa a ser por meio de vestibular. Cria-se também o cargo de coordenador (que atende ao diretor do MHN), sendo a primeira coordenadora, a professora Nair de Moraes Carvalho, por 23 anos (SOARES, 2019, p. 17). Começa-se, a partir desses processos, a notar-se uma possível integração à Universidade. O currículo, que inicialmente foi criado para atender as necessidades específicas do MHN, é alterado para atender diferentes tipologias de museus, e sua duração estende-se de dois anos para três (SIQUEIRA, p. 29). Pelo final da década de 1960 até 1970, gradativamente o Curso vai mudando sua tutela de um museu para juntar-se, de fato, à universidade, mudando sua terminologia para Curso de Museologia. A partir daí, começa a luta pelo reconhecimento no campo universitário por parte das professoras que antes eram ligadas ao Curso de Museus e suas disciplinas técnicas, e têm de se redescobrir em

um novo campo acadêmico desconhecido, para atender a novas demandas da sociedade e transformar seus perfis profissionais (SOARES, 2019, p. 17).

Em consequência disso, e também por a profissão, assim como no Curso de Museus, não ser vista com um caráter masculino, vê-se, posteriormente, o surgimento da forte presença de museólogas¹⁸ brasileiras renomadas, que desencadearam amplas contribuições e fundamentações para o cenário do campo da Museologia, no âmbito nacional e no exterior, e nas décadas seguintes as primeiras publicações internacionais de textos teóricos, referências para a área em âmbito mundial. Na década de 1980 encontram-se 22 trabalhos feitos por mulheres em contraponto a 3 trabalhos feitos por homens, enquanto em 1990, passa-se a 38 trabalhos feitos por mulheres e apenas 9 feitos por homens (SOARES, 2019, p. 18). Tendo em vista a análise de dados de alunos egressos do primeiro Curso de Museologia do país e das Américas, na UNIRIO:

Nestes 85 anos de funcionamento ininterrupto, o Curso de Museologia formou cerca de 1.770 museólogos, dos quais 336 são homens e 1.434 são mulheres¹⁹. Esta maioria absoluta de mulheres visível no âmbito do Curso, ou seja, na quantidade de discentes e egressos, repercute, conseqüentemente, no próprio campo disciplinar e profissional da Museologia (SÁ *apud* OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 66).

Torna-se nítido, ao estudar a presença das mulheres museólogas, que essas tiveram que enfrentar um sistema dominante para enraizarem-se no campo acadêmico da Museologia, e comecem a tentar subverter as relações de gênero, seja nas representações e coleções de museus ou no quadro profissional (SOARES, 2019, p. 19). E apesar disso, ainda é claro que a presença de questões do feminismo na Museologia não são tão evidentes como se gostaria. Segundo Wichers (2018, p. 148), o campo no Brasil demorou a traçar esses laços, devido a décadas de ditadura militar, onde as mulheres eram silenciadas, a herança da

¹⁸ Cita-se, Fernanda e Camargo Moro (RJ), Waldisa Rússio Guarnieri (SP), Tereza C. Moletta Scheiner (RJ), Maria de Lourdes Parreiras Horta (RJ), Maria Cristina Oliveira Bruno (SP), Marília Xavier Cury (SP), Maria Célia Teixeira Moura Santos (BA), Heloisa Helena Costa (BA). (SOARES, 2019, p. 18)

¹⁹ “Dados colhidos de 1932 a 2016, ao longo do subprojeto de pesquisa ‘Curso de Museologia UNI-RIO, de 1995 à atualidade: alunos, graduandos e atuação profissional (Exercício 2015-2016)’. In: SÁ, Ivan Coelho. 85 anos da Escola de Museologia: mulher, memória e poder (Projeto de Extensão, 2017).” (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2017, p. 67)

colonialidade do saber e do poder “provocou fossos entre nossas práticas e a luta pelo fim da opressão causada pelas hierarquias de gênero”. Necessita-se que

As/os museólogas/os comprometidas/os com o gênero assumem efetivamente o seu papel de trabalhadoras/es sociais ao permitirem às comunidades associar-se ao trabalho dos museus. E isso é precisamente o que propõe a museologia social: trazer as pessoas para os museus e para todas as ações museológicas, com as suas especificidades (incluindo a identidade de gênero), com as suas ambições, desilusões, expectativas, sentimentos, afetos, sonhos e a crença numa sociedade igualmente partilhada por mulheres e homens (RECHENA, 2014, p. 170).

Existem muitas lacunas na pesquisa de gênero dentro da Museologia brasileira, que se apoia em outras áreas das ciências sociais para preenchê-las, e há uma marcante ausência na representação de mulheres e identidades gays, lésbicas, bissexuais e transgênero nos museus (SOARES, 2019, p. 20). Se faz necessário ainda, uma Museologia *queer*, que rompa com a história e a construção da heteronormatividade. Desassociando-se com os papéis tradicionais de caráter colonialista, que atribuem o masculino e feminino aos comportamentos sociais específicos de acordo com suas identidades. E que assim, todos tenham lugar dentro do museu e possam trazer novos questionamentos sobre seus passados e seus futuros (SOARES, 2019, p. 26).

3.3 Desafios da Museologia de Gênero

O vínculo da Museologia com os estudos de gênero e as epistemologias feministas é entendido mais a fundo quando paramos para analisar o seu objeto de estudo, que parte do princípio, como antes dito, de que o campo se compromete a estudar e proteger memórias que envolvem o patrimônio material e imaterial (WICHERS, 2018, p. 139). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri afirma também que, o próprio fato museológico, seria o objeto de estudo da Museologia, no qual se estabelece em

uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também

participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora (RÚSSIO *apud* WICHERS, 2018, p. 140).

Na época, Waldisa optou pelo uso do masculino neutro, característica que era recorrente em revistas de estudos contemporâneos (WICHERS, 2018, p. 140), e mesmo que acabando por reforçar o simbolismo do “homem” como ator universal, até então não era uma discussão atuante no momento de sua construção conceitual.

A forma como nós, seres humanos, nos relacionamos e interagimos com o nosso patrimônio e objetos, têm consequências em como a estruturação dos papéis de homens e mulheres são dispostos, dentro dos museus e na sociedade, e em como a nossa memória é construída e representada. Conforme a afirmação da historiadora Joan Scott de que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 88), vemos que, nos museus, as relações de poder são estabelecidas, por muitas vezes, baseadas na relação de gênero na sociedade, e como consequência suas políticas institucionais são fundamentadas a partir disso (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 65). De que maneira então, a Museologia se dispõe, principalmente dentro das chamadas Nova Museologia e Museologia Social, a estudar e fomentar os estudos de gênero? E como os museus, como instituições sociais, desafiam a lógica androcêntrica? Essas questões, mesmo nos dias atuais, ainda são difíceis de responder. Entretanto, é urgente pensarmos sobre como são dados esses segmentos.

A Nova Museologia surgiu como consequência de decisões importantes nas décadas de 1970 e 1980. Em 1972 temos a Carta de Santiago do Chile e em 1984 a Declaração de Quebec, oriundas de encontros que discutiram diferentes propostas. A autora Andréia Rodriguez traz em sua Monografia (2010, p. 13), alguns recortes importantes ocasionados por esses debates. Na Mesa Redonda de Santiago dá-se um destaque para os problemas sociais e que esses “devem ser pensados globalmente e não podem ser resolvidos por uma única ciência e necessita da participação de todos os setores da sociedade”. Em Quebec discutiu-se que as decisões de uma Museologia feita “para a sociedade” dessem vez ao diálogo

contínuo com a comunidade, e que essa estivesse envolvida em todas as etapas de gestão do museu, assim, gerando debates nas questões de representações.

A denominação da Sociomuseologia resulta de uma soma de áreas interdisciplinares que articulam-se, como uma intervenção social no patrimônio, para “consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica” (MOUTINHO, 2007, p. 423). Por sua vez, a Museologia Social, compromete-se “com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; [...] com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares” (GOUVEIA et al., 2014, p. 17). Já a Museologia Comunitária, foca na construção de espaços em que não se “oculte a voz dos que falam e o direito que têm os povos para falar de si mesmos por si mesmos” (LERSCH e OCAMPO, 2004, p. 2).

Os estudos de gênero, a partir dos anos 1990, apareceram simultaneamente à Nova Museologia, e se encaixam nas decisões das Cartas de Santiago e Quebec, que redefiniram o museu como uma ferramenta “a serviço da sociedade” (VAQUINHAS, 2015, p. 9). O conceito Museologia de Gênero surge a partir desses fenômenos, “o qual pressupõe a aplicação de perspectivas de gênero à museologia atual” (VAQUINHAS, 2015, p. 9) e resulta em propor:

um discurso crítico sobre o papel social e político dos museus na sociedade contemporânea, procurando, sobretudo - como já se salientou - resgatar a memória e os patrimônios femininos e dar visibilidade à participação das mulheres em todos os campos da vida social, tanto no passado quanto no presente. Trata-se, no entanto, de um campo de saber de escassa aplicação prática e sub-teorizado em termos de reflexão epistemológica. (VAQUINHAS, 2015, p. 10)

Como visto anteriormente, a Museologia apresenta uma grande presença feminina, em seus diversos âmbitos. Mesmo assim, apesar de mostrar um esforço crescente em trabalhos sobre gênero (projetos, linhas de pesquisa, coletivos, iniciativas), ainda não há um corpo teórico extenso e expressivo (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 66). Vale salientar, porém, estes esforços. No ano de 2011, coordenado pelo IBRAM, ocorreu a 5ª Primavera de Museus, cujo tema foi “Mulheres, Museus e Memórias”, abrindo espaço para a construção de reflexões de

como esses questionamentos estão sendo trabalhados atualmente. Contudo, de forma oposta, dentro dos cursos de graduação a temática não é constantemente discutida como uma disciplina obrigatória ou opcional, como algo de real incorporação na matriz do currículo, o que para poder formar o desenvolvimento de um corpo teórico e um maior fomento dos debates seria essencial (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 69). Já nos cursos de pós-graduação há evidências da aplicação desses estudos, como comentam as autoras Oliveira e Queiroz (2017, p. 70) sobre a disciplina obrigatória Museus brasileiros e trajetórias de mulheres cientistas (Estudos de Gênero e Museus), ofertada pelo programa de mestrado da USP no primeiro semestre em 2017; e a disciplina optativa “Gênero e Patrimônio”, no Mestrado em Museologia da UFBA, ofertada em um período não identificado no site do programa.

Wichers traz, conforme a figura 4 abaixo, algumas referências que conectam as pontes entre as ações museológicas e o pensamento feminista, de modo a ilustrar como se deu essas relações ao longo do tempo no campo da Museologia. Essas pontes, seguem sendo traçadas até os dias atuais.

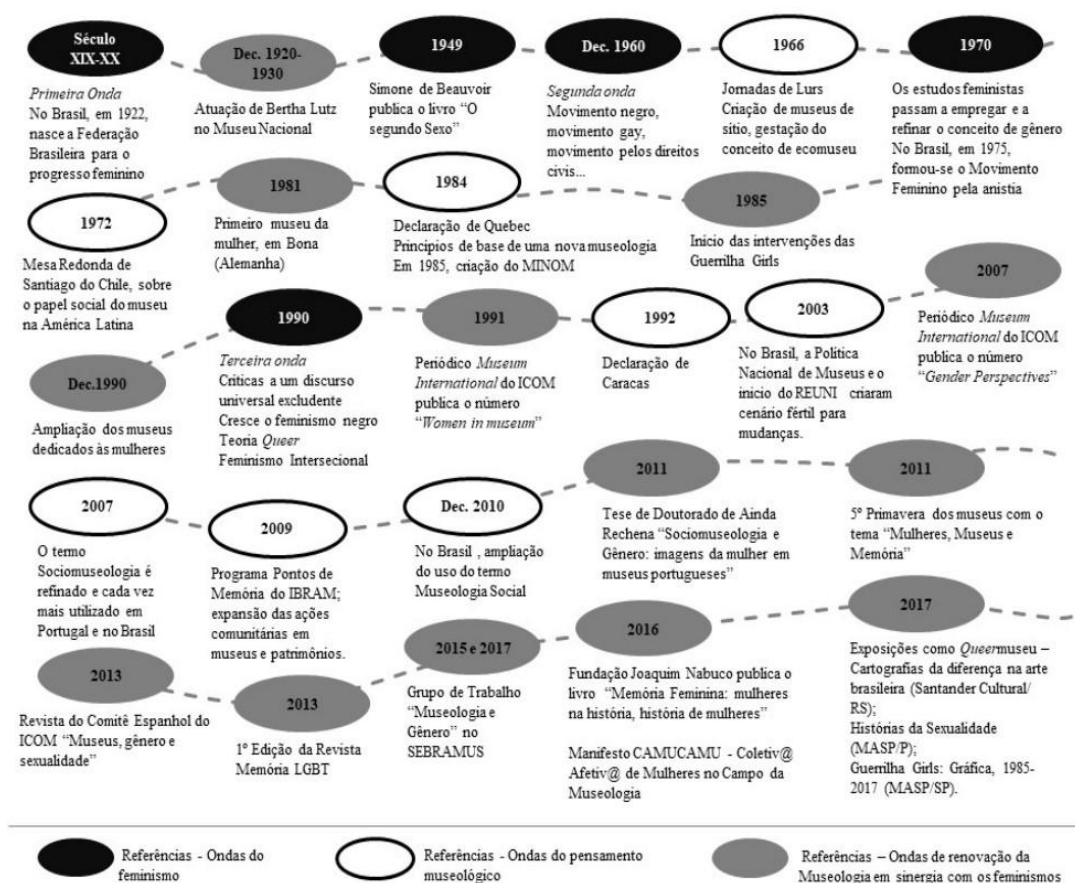


Figura 4 - Imagem com esquema entre pensamento museológico e feminismos.

Fonte: WICHERS, 2008, p. 149.

Ressalto aqui, também, a carta redigida em 2016 pelo Coletiv@ Afetiv@ de Mulheres do Campo da Museologia (CAMUCAMU), direcionada ao Movimento Internacional pela Nova Museologia (MINOM), um dos comitês do ICOM, pontuando que

um dos papéis fundamentais da Museologia Social é procurar entender, discutir e agir coletivamente contra as imposições e opressões da sociedade. Nesse sentido, evidenciar as mulheres, suas memórias e suas diferentes vozes, contribuir com a conscientização das diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres bem como estimular o protagonismo feminino e a visibilidade das mulheres na sociedade e no campo da museologia são nossas demandas iniciais [...] (CAMUCAMU, 2016)

Se a Museologia Social defende o fim das injustiças e opressões, seria ilógico desvincular-se do fim das opressões e das hierarquias de gêneros. E de fato, o potencial em dialogar abordagens feministas e os processos museológicos é algo benéfico para ambos, já que "as ondas dos feminismos e as ondas de renovação da

Museologia se retroalimentam [...] potencializando os elos entre um novo fazer museal” (WICHERS, 2018, p. 149).

No plano internacional temos o início dos debates feministas na Museologia com o advento da terceira onda do feminismo, sobre aspecto de “museus de mulheres”, como se vê na revista do ICOM de 1991 *Museum International*, com título de “*Women in museum*”. Após a virada do século o conceito de gênero aparece novamente na revista *Museum International*, de 2007, agora com título de “*Gender Perspectives*”, demonstrando a mudança nos conceitos debatidos (WICHERS, 2018, p. 148).

A partir dos anos 1990 acontece uma grande expansão na criação de “museus de mulheres”, decorrentes dos avanços nos estudos teóricos na área. Nesse período grande parte dos museus, existentes hoje, foram criados, e em 2010 o processo avançou, com museus virtuais e museus fundados por grupos feministas (VAQUINHAS, 2015, p. 7). Os primeiros museus surgiram nos anos 1970 e 1980 na Europa, com caráter, em sua maioria, etnográfico, com missão de “singularizar características culturais das mulheres de uma determinada região ou preservar tradições femininas caídas em desusos ou em vias de extinção” (VAQUINHAS, 2015, p. 7). O primeiro museu oficialmente declarado como “museu da mulher” surgiu na Alemanha em 1981, fundado por Marianne Pitzen como consequência de uma ação de ocupação de um edifício pelo movimento feminista alemão (VAQUINHAS, 2015, p. 7). Em 2008, foi criada a organização *International Association of Women’s Museums*, de forma online²⁰, acompanhando o 1º Congresso Internacional de Museus das Mulheres, realizado em Merano, na Itália (SCHONWEGGER, 2010, p. 58). Seu principal objetivo era (e segue sendo): “para aumentar a visibilidade e aceitação de Museus das Mulheres; para ativamente apoiar uma às outras; para fazer uso da plataforma de internet para impulsionar o trabalho da rede”. Até 2020, estavam inscritos na organização 96 museus²¹ das mulheres ou do gênero, sendo 21 deles virtuais.

²⁰ *International Association of Women’s Museums (IAWM)*: <https://iawm.international/>.

²¹ Para lista completa, acessar: <https://iawm.international/about-us/womens-museums/museums-list/>.



Figura 5 - Fotografia do grupo no 1º Congresso Internacional de Museus das Mulheres. Em Merano, Itália (junho de 2008).

Fonte: Fotografia de Manuela Terasso, retirada do artigo de Astrid Schönweger “*Network Woman in Museum. Museos de la mujer se conectam entre sí*”. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Hermus/article/view/313729/403840>.

Embora a maior parte seja de museus localizados na Europa, há uma quantidade considerável de instituições museológicas ao redor do globo que compartilham da mesma missão, que visa tornar seu protagonismo visível, de forma a “resgatar memórias e patrimônios femininos e dar visibilidade à participação das mulheres na vida econômica, social, política e cultural dos respectivos países ou em áreas de atividade específicas” (VAQUINHAS, 2015, p. 6). Porém, sob as mais diferentes tipologias de museus de mulheres e de gênero, em sua maioria museus históricos, todos compartilham e são marcados pela característica de ausência. “‘Lutar contra o esquecimento’ e ‘dar a conhecer as realizações femininas e o papel das mulheres na sociedade’ são frases reiteradamente repetidas nos planos de missão destes museus” (VAQUINHAS, 2015, p. 10). Outros aspectos podem ser explorados, mas o principal a se realizar, na Museologia de Gênero, é “recuperar a voz e o labor feminino dentro dos museus, desconstruir os discursos e convertê-los em mote de exposições, de maneira a que não se perpetue o silenciamento das mulheres” (VAQUINHAS, 2015, p. 15), o que é de extrema importância para refletir o protagonismo feminino na história da humanidade.

4 Mulheres na Ciência e nos Museus

Os Museus de Ciência e Tecnologia falham quando procuram dar conta da representação feminina. Dentre as mais diversas tipologias de museus de mulheres ou de gênero, os que envolvem alguma temática científica são ainda mais vacilantes - sem falar que são, acima de tudo, escassos. A seguir, fazendo o nexo dos capítulos anteriores sobre as mulheres na ciência com as mulheres nos museus, tratarei de discorrer sobre o processo de presença, que é ao mesmo tempo de ausência, das mulheres cientistas nas instituições museológicas. Por fim, refletirei sobre como o mesmo processo acontece nos museus de ciência da cidade de Pelotas, onde resido, no estado do Rio Grande do Sul, ressaltando de forma breve o caso onde há a presença feminina, mas que ainda sim é pouco explorada museologicamente.

4.1 Representações museológicas das mulheres cientistas

Assim como visto nos segundo e terceiro capítulos desta monografia, respectivamente, a própria área da ciência e as instituições de memória participam de um processo sociocultural de seleção e exclusão, e isso não seria diferente ao recair nos museus de ciência. Estes museus, através de “narrativas expositivas [...], via divulgação científica, pretendem ser capazes de promover diálogos e reflexões acerca das relações entre ciência e sociedade” (SOUZA, 2009, p. 156), sendo responsáveis, também por embates ideológicos e pela construção de uma memória social. Porém, esse ainda é um processo pouco visto na maioria das instituições, que age de uma certa maneira acrítica (SOUZA, 2009, p. 156).

No que tange à participação das mulheres, as mudanças na área da ciência dependem de anos de foco nos estudos de gênero e teorias feministas para que afetem diretamente na estrutura social, e assim incidam também nos sistemas menores componentes da sociedade.

Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. O modelo assimilacionista de feminismo liberal é inadequado. Ao mesmo tempo, o modelo "feminista de diferença" que sugere que as mulheres – por terem sido socializadas diferentemente dos homens – trazem as sementes da mudança consigo para o laboratório, não é suficiente. Algo do desejo de atribuir os sucessos do feminismo diretamente a mulheres deriva do fato de que, historicamente, as mulheres como um grupo foram excluídas sem nenhuma outra razão que não seu sexo. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

Acerca novamente do Prêmio Nobel, agora em específico na área da Química, Larissa Venâncio ressalta que apenas 4 mulheres foram premiadas nos 117 anos da existência da premiação.²² Em decorrência dessa problemática, Venâncio nos propõe importantes questionamentos, tais como: “este seria um indício de que mulheres não fazem ciência? ou se fazem, não são devidamente reconhecidas pelo simples fato de serem mulheres?” (VENÂNCIO, 2018, p. 45). São questões que também se aplicam perfeitamente para a falta de representação das mulheres cientistas nos museus e instituições de memórias.

A editora Elsevier, de grande relevância mundial para as ciências médicas e para a ciência e tecnologia, após a realização de um estudo, constatou que “o Brasil é um dos países mais igualitários no campo da ciência atualmente, pois as mulheres constituem 49% população pesquisadora e que publica artigos” (VENÂNCIO, 2018, p. 51). Isso, portanto, responde prontamente às indagações da participação efetiva das mulheres na ciência. Elas participam ativamente, mas seguem sofrendo discriminações e inferiorização no meio científico. Além de casos em que, para não terem suas pesquisas copiadas ou furtadas, e para que essas de fato fossem publicadas, fizeram uso de pseudônimos masculinos para assinar seus trabalhos (VENÂNCIO, 2018, p. 51). Mesmo quando conseguem obter êxito em suas pesquisas, muitas mulheres acabam sendo silenciadas de suas realizações. A autora prossegue os questionamentos: “Dentre todas as 49 mulheres que

²² Agora 7 mulheres nos 119 anos de existência da premiação, com Frances H. Arnold em 2018 e Emmanuelle Charpentier e Jennifer A. Doudna em 2020. Dados atualizados encontrados no site <https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry>.

receberam um Nobel, nas 5 categorias de premiação, o que sabemos delas? Estudamos ou já ouvimos falar nas escolas ou museus?” (VENÂNCIO, 2018, p. 48).

O processo de invisibilização das mulheres na ciência é nítido. Trago como exemplo, o museu biográfico dedicado à Marie Curie, a mulher cientista com a maior (entre todas as mulheres) visibilidade na sociedade, a única que, em alguns casos, é citada nas escolas. O *Muzeum Marii Skłodowskiej-Curie* (ou *Maria Skłodowska-Curie Museum*), localizado em Varsóvia na Polônia, foi criado em 1967 pela Sociedade Química Polonesa no aniversário de 100 anos do seu nascimento. O Museu está instalado em um edifício do século XVIII, onde Marie Curie nasceu e viveu parte de sua vida, incluindo o período de suas realizações científicas. Abriga objetos pessoais, fotografias, cartas e documentos. Em sua página²³ no site Tripadvisor, que fornece informações e opiniões de conteúdos relacionados ao turismo, pode-se notar inúmeros comentários de visitantes se referindo ao Museu como “um pequeno museu”, e alguns comentários mais assertivos como “o museu é muito tímido e não está a altura da figura que representa”, além de: “esperava mais de um museu para uma ganhadora de 2 prêmios Nobel”. Há, também, outro Museu que homenageia a cientista, o *Musée Curie*, localizado em Paris na França, no Campus da Universidade de Paris. Foi estabelecido em 1934, após a sua morte, nas instalações do Instituto de Rádio, laboratório onde Marie Curie passou anos, desenvolvendo suas pesquisas e experimentos sobre radioatividade. O Museu, também dispõe de fotografias, documentos, objetos pessoais e artigos científicos, sendo também descrito por viajantes e visitantes como “um pequeno museu” em suas avaliações²⁴.

²³ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g274856-d274986-Reviews-Marie_Curie_Museum_Muzeum_Marii_Sklodowskiej_Curie-Warsaw_Mazovia_Province_Central.html. Acesso em: 24 abr. 2021.

²⁴ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g187147-d3571313-Reviews-or5-Musee_Curie-Paris_Ile_de_France.html. Acesso em: 24 abr. 2021.



Figura 6 - Fotografia do *Maria Skłodowska-Curie Museum* na Polônia.

Fonte: Portal Samorządowy. Disponível em:

<<https://www.portalsamorzadowy.pl/wydarzenia-lokalne/slawnym-paszkiel-dyrektorem-muzeum-marii-skłodowskiej-w-warszawie.121252.html>>. Acesso em: 24 abr. 2021.



Figura 7 - Fotografia do *Musée Curie* na França.

Fonte: Musée Curie. Disponível em: <<https://musee.curie.fr/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

O intuito dessa exemplificação não é desdenhar dos dois museus, pois ambos possuem grande importância informativa, historiográfica e científica, mas sim colocar em evidência que há apenas dois museus dedicados à cientista, e ambos são pequenos e “tímidos”, em comparação a outros museus grandiosos, que obtêm maior investimento. Vale ressaltar que Marie Curie foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel, e a primeira pessoa a receber o prêmio duas vezes, a primeira vez na categoria da Física, em 1903, pelos fenômenos de radiação, junto aos co-laureados Henri Becquerel e seu marido Pierre Curie. Inicialmente, os acadêmicos franceses propuseram a nomeação apenas a Henri Becquerel e Pierre Curie, mas Pierre insistiu que sua esposa compartilhasse dessa honra. A segunda vez foi na categoria Química, em 1911, pelo isolamento do rádio. Marie Curie foi, e ainda é, a única pessoa a ser premiada em duas categorias científicas diferentes. Marie faleceu em 1934 com 66 anos, devido à exposição de radiação excessiva. Alguns de seus livros e documentos ainda hoje são tão radioativos que precisam ser armazenados em caixas de chumbo. Marie Curie dedicou sua vida à ciência e deixou um legado científico imensurável.²⁵

No Brasil, outra mulher cientista dedicou sua vida à ciência, e muito mais. Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo e teve uma vasta atuação como bióloga em seus 46 anos de pesquisas científicas nas áreas da “zoologia, botânica, inclusive trabalhos de laboratório e de campo, de excursão”, bem como “organização de museus e suas atividades educacionais” (LOPES et al., 2004, p. 99). Além de sua trajetória no campo da ciência, Bertha também teve uma grande participação na área política: militante feminista, lutou “em prol da emancipação feminina, da educação feminina, do voto feminino, de mudanças na legislação trabalhista” (LOPES et al., 2004, p. 99), e foi líder da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fundada por ela mesma em 1922, por mais de 50 anos.

Durante sua vida alternou sua carreira entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Instituto Oswaldo Cruz e sua intensa militância feminista e política. Formou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Paris em 1918, e em

²⁵ Informações fornecidas pelo site Nobel Prize. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/womenwhochangedscience/stories/marie-curie>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1933. “Bióloga, não deixava de incorporar sua formação acadêmica mesmo em seus trabalhos de cunho jurídico. Metáforas naturalistas inundam seus textos, marcados evidentemente por sua prática feminista. (LOPES et al., 2004, p. 99). Realizou diversas excursões dentro do país e também no exterior, onde não deixou de participar de eventos sobre a Mulher, como em 1925, onde esteve em comissão da Conferência Internacional das Mulheres em Washington. Na mesma viagem realizou estudos sobre árvores frutíferas das regiões tropicais e subtropicais, assim como uma excursão em Mount Vernon em Virginia, para coleta de espécimes botânicos, fungos e insetos (LOPES et al., 2004, p. 101).

Em sua trajetória no Museu Nacional, em 1939 chegou ao cargo de substituição da Seção de Botânica do Museu, com importantes afazeres de chefia, “tendo inclusive realizado excursão para coleta de materiais em Minas Gerais, bem como representando a instituição no Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas do país” (LOPES et. al, 2004, p. 102). Em 1940 após a morte de seu pai Adolpho Lutz, consagrado microbiologista suíço radicado no Brasil, “Bertha se encarregaria, entre suas atividades no Museu Nacional, do serviço de organização dos seus arquivos e publicações, bem como da ampliação de suas coleções” (LOPES et al, 2004, p. 102).

Bertha Lutz se aposenta em 1964, com 70 anos, e mesmo uma década depois encontra-se representando o país na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher de 1975 (LOPES et al., 2004, p. 104). Por fim, esses são somente alguns dos acontecimentos de sua intensa e vasta carreira, apenas para exemplificar que Bertha foi uma figura ativamente atuante e resistente na área da ciência dentro de instituições e museus, assim como na política, em prol da causa feminista. E ela não estava só,

Bertha Lutz contou com uma ampla rede de mulheres que já se educavam e se profissionalizavam, e que lutaram para ampliar ainda mais as condições de acesso ao ensino e profissionalização do contingente feminino. No movimento organizado, relacionadas com instituições científicas e educativas nacionais e estrangeiras – assim como iniciativas feministas internacionais –, promoviam o incentivo, bolsas de estudo e o auxílio em suas carreiras. O movimento feminista do qual participava também se aproximava de temas de história natural e estava sintonizado

com as preocupações acerca da proteção à natureza, questões pertinentes à comunidade científica da época. (SOUSA, 2009, p. 154)

Bertha não era uma figura única em seu campo, fazia parte, dentro de uma geração em que ainda se estruturava seus papéis na sociedade e sua função social, de uma rede de mulheres que também ativamente faziam ciência, e “pode-se mesmo afirmar que, no Museu Nacional, exercera com considerável liberdade ‘a velha ciência normal de Kuhn’” (LOPES *apud* SOUSA, 2009, p. 158). A invisibilidade é, portanto, uma construção historiográfica.

Se mulheres como Bertha estavam longe de ser a regra entre os indicadores científicos de sua época, uma bibliografia recente no contexto intelectual brasileiro – e que vem marcando presença quer dentro do campo dos estudos feministas ou de gênero, quer no âmbito da História das Ciências – reconhece, no entanto, “mais mulheres do que estamos acostumadas a admitir”, participando de práticas científicas, mesmo em seus aspectos formais (LOPES, 2006c: 10). (SOUSA, 2009, p. 11)

A vida multifacetada de Bertha não encontra-se representada em nenhuma expografia de museu físico, porém, suas pesquisas e coleções científicas foram de grande importância para os mesmos. Seu acervo de patrimônio documental encontra-se em diversas instituições. Em 2018 o Arquivo Nacional ganhou registro na edição brasileira do Programa Memória do Mundo da Unesco pelo acervo “*Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz*” e apresenta acervo oriundos de quatro instituições: Arquivo Nacional; Arquivo Histórico do Itamaraty; Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU/UNICAMP²⁶. Existem, também, inúmeros estudos, como trabalhos e projetos²⁷ sobre sua trajetória. Há, por fim, um Museu Virtual, o Museu Bertha Lutz²⁸, com inúmeros posts, de 2012 à 2014, que tematizam a vida da cientista, projeto realizado pela Universidade de Brasília e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, envolvendo pesquisadores, alunos, técnicos e arquivistas de várias instituições.

²⁶ Notícia do site do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1540487760.89>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

²⁷ Vale ressaltar o projeto temático “Gênero, Corporalidades” da Fapesp, coordenado por Mariza Corrêa de 2004 à 2009.

²⁸ Disponível em: <<http://lhs.unb.br/bertha/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

4.2 Gênero nos Museus de Ciência na cidade de Pelotas

Na cidade de Pelotas, atualmente existem dois museus de ciência, ambos dedicados às ciências naturais e vinculados a instituições de ensino. Desta forma, possuem uma forte ligação com a pesquisa e educação. Há o Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas e, também, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCNCR), que faz parte da Universidade Federal de Pelotas.

O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter teve sua origem na doação de uma ampla coleção do pesquisador Carlos Ritter, nascido em 1851, quatro anos após seus pais, imigrantes alemães, chegarem ao Brasil. Em 1870, junto a seu primo-irmão, Friedrich Jacob Ritter, vem à Pelotas para firmar um empreendimento, a Cervejaria C. Ritter e Irmão. Naturalista autodidata, tinha grande aptidão pela taxidermia, mantendo a sua prática e coleções em constante atividade. Com sua morte em 1926 sua esposa Auguste Kessler doa sua coleção para a Escola de Agronomia, que em 1969 vem a se tornar a Universidade Federal de Pelotas. Em 1970 é criado então o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, junto à reitoria da Universidade, localizado na frente do Mercado Público na Antiga Escola de Agronomia Eliseu Maciel. Após sua criação muda para mais quatro endereços até fixar-se onde atualmente se encontra, retornando para o Centro Histórico da cidade, no Casarão 1 da Praça Coronel Pedro Osório (figura 8).



Figura 8 - Fotografia do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter no Casarão 1.

Fonte: Rede de Museus da UFPEL. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-de-ciencias-naturais-carlos-ritter/>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

O MCNCR, por se tratar de um museu vinculado a uma universidade com inúmeros cursos e áreas de estudo, é também, em algumas ocasiões, sala de aula para, principalmente, alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Museologia. O Museu também faz parte da Rede de Museus, órgão suplementar da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), e conta, além das coleções de autoria de Carlos Ritter, com grande parte da coleção entomológica e do acervo documental de Ceslau Biezanko, professor e naturalista polonês radicado no Brasil. O Museu dispõe dos vários espécimes taxidermizados e colecionados por Ritter, além dos insetos de Ceslau, enquanto conta a história dessas duas figuras em sua narrativa. Portanto, não possui nenhuma representação feminina em suas exposições.

Entretanto, vale a pena ressaltar a atuação de algumas mulheres junto à vivência do Museu. Apesar de não possuir um cargo de coordenação, a funcionária mais antiga da instituição é uma mulher, a assistente de administração do Museu, Carolina Silveira Régis, atuante desde 2015. Segundo²⁹ o Chefe do Museu,

²⁹ Em conversa via e-mail no dia 26 de abril de 2021.

Professor João Iganci, ela representa a alma do lugar, pois conhece todos os processos relacionados à administração e têm sido seu braço direito durante sua gestão, além de tentar se envolver ao máximo em todas outras atividades. Como ressalta Iganci, os servidores do quadro permanente também são permanentes no Museu, enquanto os gestores possuem apenas um período de tempo para contribuir.

Além de Carolina, podemos citar também a Professora Nádia Leschko, dos cursos de Design e Cinema que, junto de seus alunos e da empresa Jr. SulDesign, é colaboradora do Museu, tendo participado incansavelmente de todos os processos expográficos de exposições temporárias da nova sede. Há, também, a vice-chefe Raquel Lüdke, Professora e Chefe do Departamento de Botânica dos Cursos de Ciências Biológicas da UFPEL, que assumiu a gestão junto a Iganci em 2018, porém devido a seus compromissos profissionais teve que se afastar. Fora essas três figuras femininas importantes mencionadas aqui, outras várias mulheres, como funcionárias, alunas, professoras e pesquisadoras, se envolveram e participaram da história do Museu. Porém, ao longo dos mais de 50 anos da instituição, nenhuma mulher esteve a frente da direção, tendo poucos diretores diferentes durante sua existência, todos homens.

O segundo museu pertence à instituição privada Universidade Católica de Pelotas, e também conta com um extenso acervo de história natural. Em 1997 o Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas (MUCPEL) (figura 9) inaugura como uma iniciativa do Conselho Universitário, sob resguardo da coordenação dos cursos de Ecologia e Biologia, ficando sob responsabilidade dos mesmos. Em 2001 foi aprovado pelo Conselho Universitário, integrando a Escola de Educação da Universidade. Porém, após um período conturbado de diversos problemas financeiros e burocráticos da instituição, diversos cursos foram encerrados, incluindo os de Ecologia e Biologia. Atualmente está vinculado à estrutura geral de Comunicação da Universidade e é gerenciado apenas pelo museólogo contratado Anderson Passos, para manter o Museu em desenvolvimento e atividade - por vontade do reitor, que por enquanto ainda tem interesse em manter o museu funcionando e reconhece que este possui um acervo riquíssimo que não deve ser perdido. Seu acervo possui milhares de espécimes, de diversas tipologias,

desde insetos a grandes mamíferos e répteis. A maioria dele é proveniente de doações, principalmente os animais silvestres taxidermizados, que foram recebidos pela Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) após o recolhimento de animais atropelados nas estradas e taxidermizados no próprio laboratório do Museu, pela bióloga e técnica da UCPEL Maria Helena Vaz. As doações são feitas, também, por pesquisadores particulares e viveiros. Algumas coleções foram adquiridas por compras, como é o caso da coleção entomológica, obtida em 1997.

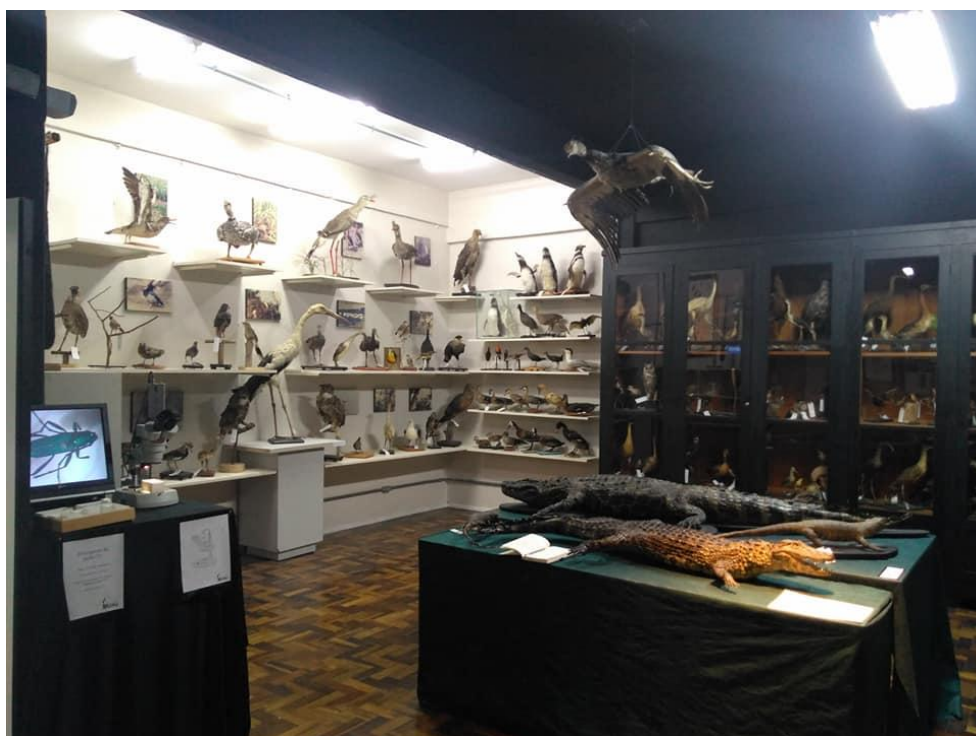


Figura 9 - Fotografia do Museu de História Natural da UCPEL.

Fonte: Página do Facebook Museu de História Natural da UCPEL.

. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mucpel/photos/871954022999502/>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

Também, vinculado a uma instituição de ensino, o Museu fica localizado no segundo andar do Campus principal da UCPEL, onde, devido a isso, recebe pouco acesso do público, que passa por fora da universidade sem saber da existência do mesmo. Porém, recebe visitas previamente agendadas, principalmente de grupos escolares, atividade que ocorre frequentemente. Seu acervo é dividido em dois tipos, o didático e o científico, para que alunos universitários e pesquisadores possam consultar o material e realizar pesquisas e atividades em suas áreas. Por se

tratar de um museu de história natural possui um forte caráter didático, com intuito de, com a exposição de animais inanimados que pareçam vivos, despertar interesse no público para a educação ambiental e respeito pela fauna regional. Portanto, o Museu utiliza-se de uma expografia que aborda unicamente os espécimes didáticos expostos, sem fazer menção a qualquer pessoa. A única exceção, conforme mostra a figura 10 logo abaixo, encontra-se ao chegar na coleção entomológica exposta logo no início do Museu, com diversos exemplares de lepidópteras, a ordem de insetos que inclui as borboletas e mariposas.

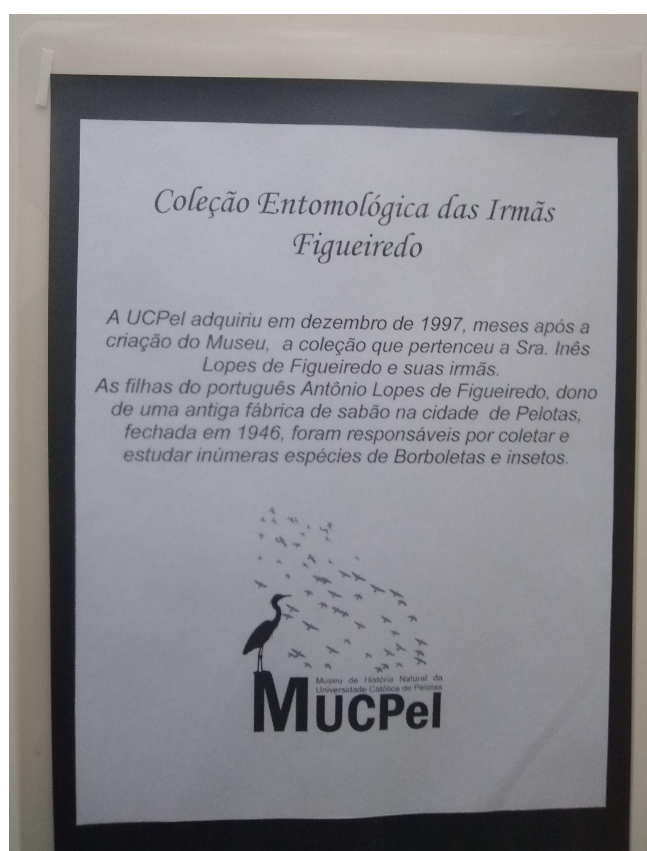


Figura 10 - Fotografia sobre a Coleção Entomológica das Irmãs Figueiredo.
Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Como retratado na fotografia (figura 10), a coleção entomológica do Museu foi adquirida por compra em 1997, tendo antes pertencido às Irmãs Figueiredo³⁰. Mais sobre a história das Irmãs, porém, não é retratado na expografia. Seu acervo no Museu é de valor inestimável, contando com um armário com gavetas de caixas

³⁰ Irmãs cientistas e entomólogas autodidatas pelotenses, retratadas mais adiante neste capítulo.

entomológicas (figura 11 e figura 12) e outras inúmeras caixas com espécimes catalogados e muito bem preservados, não só da região de Pelotas como de diversos continentes. Além do que é exposto, na reserva técnica do Museu, que é integrada também com a sala de laboratório e administração, encontra-se uma estante com mais caixas entomológicas (figura 13) e outros itens. Já na administração, também há um armário com livros e inúmeros exemplares da Revista Brasileira de Entomologia, pertencentes às Irmãs Figueiredo. Parte do acervo da biblioteca pessoal das Irmãs Figueiredo foi destinado, ao que se sabe, também para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



Figura 11 - Fotografia do armário das Irmãs Figueiredo na exposição do MUCPEL.
Fonte: Fotografia da autora, 2019.



Figura 12 - Fotografia das gavetas do armário das Irmãs Figueiredo na exposição do MUCPEL.
Fonte: Fotografia da autora, 2019.



Figura 13 - Fotografia da estante com caixas entomológicas na reserva técnica do MUCPEL.
Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Toda essa coleção foi vendida para UCPEL por Ignez Lopes de Figueiredo em 1997, poucos anos antes de falecer em 1999, com 81 anos. Ignez recebeu

propostas de compra de Londres, mas seguiu seu desejo de deixar seu legado na região de Pelotas. Ao que se sabe³¹, Ignez foi a última de sua família a falecer, sem deixar nenhum herdeiro. Filha dos portugueses Idalina e Antônio Figueiredo, Ignez tinha seis irmãs: Rosa, Maria, Thereza e Idalina (as outras duas não conseguiram ser identificadas por falta de informação historiográfica); e um irmão, cujo nome também permanece desconhecido, que mudou-se jovem para o Rio de Janeiro para estudar. As sete filhas, porém, nunca obtiveram estudo na academia e nunca chegaram a casar-se. Dentro de uma família pertencente à elite pelotense, seu pai era extremamente rígido e não permitia que as filhas tivessem relacionamentos com o receio de que os homens quisessem se aproveitar das riquezas das filhas. Conservador e criado sob noções do patriarcado, não permitiu que elas ingressassem na faculdade, sendo educadas em casa, diferentemente de seu irmão.

Após a morte do pai as Irmãs já eram adultas e acostumadas com suas vidas, sem interesse em percorrer alguma posição acadêmica. Porém, eram dedicadas à academia mesmo sem pertencer a ela. Sabe-se com certeza³² que pelo menos três Irmãs dedicaram-se a fundo ao estudo da Entomologia: Ignez, Rosa e Thereza Figueiredo. Elas escreviam livros, artigos, teses sobre entomologia, e também ajudavam alunos da faculdade a escrever trabalhos, fornecendo dados e estudos. Também ajudavam a traduzir livros em braille para a Escola Louis Braille. Elas nunca pediam por reconhecimento, que também não lhe era dado. Acostumadas a viver fora do holofote viviam enclausuradas em seu próprio mundo, moravam juntas na mesma casa e eram extremamente rígidas e catedráticas no que faziam, se esforçando para construir conhecimento na região que habitavam. Possuíam, em sua casa, intitulada por elas mesmas a Biblioteca de Entomologia, Fauna e Flora, incontáveis livros e artefatos. Também em casa faziam todo o processo de montagem dos espécimes que coletavam nas caixas entomológicas, com suas identificações e catalogações.

³¹ Informações obtidas por entrevista com Jocasta Soares e Janaína Soares, filhas de Tamara Lima Soares (falecida em 2014), cuidadora de Ignez, Rosa e Maria, de 1994 até o fim de suas vidas. Jocasta e Janaína conviveram quando crianças com as Irmãs Figueiredo.

³² Em entrevista com Jocasta e Janaína, houve a afirmação que todas as Irmãs, quando jovens, mantinham a prática de coleta de insetos, porém, elas só conviveram realmente com três e com todas as informações obtidas só temos certeza que três mantiveram a prática e estudos.

Rosa Figueiredo faleceu de câncer no pulmão, proveniente do material químico utilizado para conservar os espécimes entomológicos durante toda a sua vida. Mesmo adoecida e tossindo sangue seguia com firmeza suas práticas científicas. Após a morte de todas suas irmãs, Ignez Figueiredo, antes de falecer, deixou a maior parte de sua herança para sua cuidadora Tamara de Lima Soares e para sua advogada e amiga Maristela de Oliveira Rodrigues, tendo deixado também campos de terra para o Asilo de Mendigos de Pelotas e para a Escola Louis Braille, pois reconhecia a importância de tais instituições.

Um episódio descoberto pelo museólogo do MUCPEL de 2017 a 2019, Marcio Dillmann, em pesquisa sobre as Irmãs na internet, foi a exposição “*El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle*”, da artista plástica colombiana Johanna Calle. Em 2009 Johanna participou da VII Bienal do Mercosul, e na ocasião de sua viagem, ao visitar com o marido um sebo de Porto Alegre encontrou um conjunto de documentos um tanto curioso e raro de meados do ano de 1940. Junto a manuscritos sobre formigas, borboletas e insetos em geral de Pelotas e arredores, fotografias e negativos da coleção, estavam, também, documentos sobre um processo legal. Segundo os documentos³³ as Irmãs contrataram um prestigiado professor da Escola de Agronomia Eliseu Maciel para fazer a catalogação de sua coleção. Ao se deparar com os espécimes, o professor toma a decisão autoritária de pegar para si o trabalho das descobertas feitas e organizadas pelas Irmãs, tomando proveito sem lhe dar o crédito e publicar um livro com o seu nome. As Irmãs o processam, e em batalha legal o professor arroga que “quanto a co-participação das irmãs Figueiredo foi de simples auxiliar. Não se deve confundir MANIA de colecionar com conhecimentos para produzir trabalhos científicos”.

Em cima desse documento, que discorre sobre conflito com o professor e prova que a coleção era de fato delas, Johanna Calles realiza a exposição “*El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle*”, no México em 2013,

³³ Informações obtidas pelo informativo de *Proyecto Paralelo* sobre a exposição de Johanna Calle. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/513fbd40e4b040273acd9a37/t/569c52aaab281050fe325534/1453085436123/Nota+de+prensa+JC_ESP.pdf e por conversa via e-mail com Julio Pérez Navarrete, assistente, sócio e marido de Johanna Calle.

usando as fotografias e negativos encontrados no sebo em Porto Alegre. Johanna, que costuma abordar temas sociais em seus processos artísticos, utiliza-se do termo “*manía*” junto às fotografias em sua exposição, e aborda a sociedade patriarcal em que vivemos, que sustenta constantemente que mulher não é capaz de produzir conhecimento científico. A artista usa como gatilho para esta crítica a afirmação do professor de que em meados dos anos quarenta a dedicação das Irmãs ao colecionar insetos era apenas um hobby, algo de gente maníaca que não sabe fazer ciência. A exposição de Calle faz homenagem às Irmãs Figueiredo e seu trabalho de classificação científica.



Figura 14 - Fotografia da exposição “*El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle*”.
Fonte: *Proyecto Paralelo*.



Figura 15 - Fotografia da exposição “*El caso de las Hermanas Figueiredo: Dibujos de Johanna Calle*”.
Fonte: *Proyecto Paralelo*.

Autoditadas, investiram suas vidas e seu dinheiro em suas coleções de qualidade incalculável. Criadas sobre a opressão do pai, mesmo ausentes da academia, incitadas a não procurar fama ou reputação na área, as Irmãs Figueiredo foram vítimas de uma estrutura machista e acusadas de maníacas e de não produzirem ciência de verdade. Há, porém, provas o suficiente de que produziram seus trabalhos científicos com excelência. Chegando, inclusive, a publicarem artigos científicos sobre pseudônimos masculinos na Revista Brasileira de Entomologia. Além de seu acervo relacionado à ciência, as Irmãs, com suas fortunas, deixaram terras para instituições de caridade. Valendo citar, também, que a herança de Ignez Figueiredo à sua cuidadora possibilitou a instrução escolar e de ensino superior de suas duas filhas, com quem conviveram durante alguns anos, e hoje lembram com muito carinho das Irmãs Figueiredo.

Por fim, retomando o fator representação museal, o MUCPEL não faz alusão alguma, além da figura 10, sobre a historicidade de seu acervo. Na história de vida das mulheres cientistas Figueiredo há um potencial esplêndido a ser explorado, porém, que requer um estudo mais complexo, pois há inúmeras lacunas a serem preenchidas e as informações são escassas, a cada ano que passa se tornam mais difíceis de encontrar. A instituição também, ainda, lida com problemas maiores de administração, e o Museu conta com apenas um funcionário para todos os afazeres museológicos básicos. Uma situação crítica, mas não muito diferente de diversos museus e instituições culturais do país.

5 Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho nos permitiu compreender mais a fundo as raízes de um problema naturalizado e aparentemente esquecido na sociedade. As mulheres desde o início da ciência moderna foram escanteadas e tiveram sua participação efetiva na área dificultada, por essa estar diretamente atrelada ao contexto histórico-cultural do período, carregado por interesses políticos e econômicos de uma sociedade, também, androcêntrica. Atualmente, este cenário já encontra-se um pouco diferente, mesmo que ainda não chegando em posições de liderança, muitas mulheres agora fazem ciência ativamente. Este estudo permitiu apurar, portanto, que as mulheres não são mais minoria na ciência e atualmente equiparam-se ao percentual de profissionais homens, produzindo um conhecimento científico inestimável em instituições educacionais e de pesquisa. No Brasil há um déficit em movimentos sociais e em sistemas educativos que fomentem esse debate e que tragam esses dados à tona, reforçando assim o falso mito da ciência como área masculina. A invisibilidade das mulheres na ciência e também nos museus é, então, um processo historicamente construído, que reconhece apenas algumas pioneiras na área, como exclusivas. Sua representação e reconhecimento seguem sendo silenciados, espelhando-se ainda, nos mesmos padrões sociais ultrapassados.

Os museus da contemporaneidade possuem um grande encargo como ferramentas sociais e podemos vislumbrar que esses se propõem, em seus processos museológicos e patrimoniais, a pesquisar e defender memórias materiais ou imateriais da nossa sociedade, principalmente as memórias sociais que beiram o esquecimento. Inclui-se, então, a representação e as práticas museológicas da mulher, enredando-se com a importância dos estudos de gênero.

É preciso reconhecer, conseqüentemente, a naturalização do patriarcado como um sistema hierarquizador da sociedade, e tentar romper com essa lógica injusta. Do mesmo modo, é importante investir em ações afirmativas e educativas na área da Museologia Social, para começar a reverter, junto dos estudos de gênero e do feminismo interseccional, essas naturalizações e dar ao museu um espaço mais

democrático de fala que inclua também as memórias subalternizadas e exiladas, e que atuem na construção de identidades e reconhecimento de grupos sociais.

Dada a importância do assunto, ao pensar em uma solução, torna-se evidente o potencial de ações educativas e projetos que ressignifiquem os discursos das instituições, problematizando também seus processos expositivos quando caracterizados pela ausência. É essencial que os museus falem de gênero em seus discursos e que cumpram com as suas funções sociais, quebrando com o caráter engessado de museu colonizador e androcêntrico que muitos ainda possuem. É responsabilidade, portanto, de cada instituição o fomento de mediações e ações educativas que abordem essas problemáticas. Um exemplo disso é o projeto “Meninas no Museu” do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que tem como meta a divulgação da ciência para meninas estudantes, muitas vezes proporcionando os seus primeiros contatos com a astronomia, tentando também quebrar, com a representação de mulheres cientistas de diversas áreas, o paradigma falso que só homem pode fazer ciência (VENÂNCIO, 2018, p. 58).

Assim como cabe também, aos cursos de graduação e/ou pós-graduação em Museologia, a implementação de disciplinas e projetos que fomentem questões de gênero pensadas pelo viés da área, que dialogue com outras disciplinas e para que tenham posteriormente, influência nos debates travados dentro das instituições museológicas. Os museus brasileiros, ainda têm um longo caminho a percorrer no que tange à solução desta problemática. Em Pelotas, considerada uma das capitais regionais do Brasil, conforme o IBGE, e a quarta cidade mais populosa do estado, há apenas dois museus de ciência, que ancoram-se em duas instituições de ensino, uma área da educação em crescente crise em todo país. Levando em conta os discursos narrativos que ambos os museus possuem, nenhum propõe uma representação feminina de maneira precisa e justa.

No Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter essa representação encontra-se ausente, abordando-se apenas os espécimes naturais e a história do taxidermista patrono do Museu. Já no Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas, há uma breve menção, como mostrado anteriormente, às cientistas mulheres Irmãs Figueiredo e sua coleção. Um caráter expositivo que retrate sua historicidade e inclua sua trajetória como mulheres cientistas, entretanto, é também

ausente. Espera-se que, no futuro, esse potencial seja explorado e que as múltiplas funções sociais, de ambos os museus, sejam abarcadas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Francisco Leal de Andrade. **Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do Ensino de Biologia: representações e práticas de docentes do Ensino Médio**. 2011. 251 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ANDROCENTRISMO; PATRIARCADO; MISOGINIA; MACHISMO. Dicionário online **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

CAMUCAMU. Territórios Afetivos das Mulheres do Campo da Museologia. Manifesto do Coletiv@ Afetiv@ de Mulheres do Campo da Museologia, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://labdobemviver.wordpress.com/2016/09/15/manifesto-camucamu/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 20-35, 2011.

CHASSOT, Attico. **A ciência é masculina. É, sim senhora!**, 7.ed., 2015, 146 p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

GOUVEIA, Inês et al. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Imago Editora, 1975.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13-34, 2006.

KELLNER, Alexander W. A. 200 anos do Museu Nacional/UFRJ – desafios e perspectivas. In:_____. **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e**

perspectivas. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.

KOPCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibeles; LIMA, José Matias de; MARINO, Leandro Lins. **A presença feminina nos museus: perfil sociocultural e modalidades de visitas.** In: Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 32 p., 2008.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história. In: **Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas, Missouri.** 2004. p. 6-10.

LOPES, Maria Margaret et al. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). **Revista gênero**, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2004.

MOUTINHO, Mário C. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 423-427, 2014.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos; QUEIROZ, Marijara Souza. **Museologia–Substantivo Feminino: Reflexões sobre Museologia e gênero no Brasil.** 2017.

RECHENA, Aida. Museologia social e gênero. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 153-174, 2014.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. **Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935).** 2014. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUEZ, Andréia da Fonseca. **Gênero no espaço do Museu: uma leitura social da exposição “Entre rendas, chapéus e boas maneiras”.** 2010. 49 f. TCC - Curso de Museologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. **XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física**, 2015, p. 1-12.

SANJAD, N. Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 455–477, 2006. DOI: 10.20396/rbi.v5i2.8648936. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648936>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

SARDENBERG, Cecilia M.B. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, v. 8, Coleção Bahianas, 2002. p. 1-35.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP, EDUSC, 2001, 384 p. [original em inglês: *Has feminism changed science?* Cambridge, Harvard University Press, 1999]

SCHÖNWEGER, Astrid. Network woman in museum. Museos de la mujer se conectan entre sí. **Her&Mus. Heritage & Museography**, p. 55-66, 2010.

SCHWARTZ, Juliana et al. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 255-278, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in) visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus-MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, mulheres e gênero. **Cadernos Pagu**, n. 55, p. e195515-e195515, 2019.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos feministas**, p. 7-29, 1997.

SOTO, Moana Campos. **Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social**, p. 1-28, 2014.

SOUZA, Daniel Maurício Viana de. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009.

SOUSA, Lia Gomes Pinto. **Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)**. 2009. Dissertação de Mestrado.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, v. 10, n. 2, p. 63-100, 1998.

THE NOBEL PRIZE. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VAQUINHAS, Irene. Museus das mulheres na actualidade: Criação, objectivos e o contributo da história. **RITUR-Revista iberoamericana de turismo**, v. 5, p. 5-26, 2015.

VENÂNCIO, Larissa Gonçalves. **Gênero em museus de ciência: Análise de como a mulher é abordada na exposição de química do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2018. 80 f. Monografia (Graduação em Museologia) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

VIDAL, Ava. *'Intersectional feminism'. What the hell is it? (And why you should care)*. Telegraph, 2014. Tradução de Bia Cardoso. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2014/07/24/feminismo-interseccional-que-diabos-e-isso-e-porque-voce-deveria-se-preocupar/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

WARD, Lester Frank. **Pure Sociology: a treatise on the origin and spontaneous development of society**. The Macmillan Company, 1903.

WITHERS, Josephine. The Guerrilla Girls. **Feminist Studies**, v. 14, n. 2, p. 285-300, 1988.

WICHES, Camila Azevedo de Moraes. Museologia, Feminismo e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p. 138-154, 2018.